

O Poder Legislativo em Goiás

memórias e registros

Denise Paiva
E. Itami Campos


CÂNONE
editorial



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO

O Poder Legislativo em Goiás

memórias e registros



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

MESA DIRETORA

Presidente

José Vitti (PSDB)

1º Vice-Presidente

Manoel de Oliveira (PSDB)

2º Vice-Presidente

Henrique Arantes (PTB)

1º Secretário

Júlio da Retífica (PSDB)

2º Secretário

Bruno Peixoto (PMDB)

3º Secretário

Lincoln Tejota (PSD)

4º Secretário

Humberto Aídar (PT)

DIRETORIAS

Diretoria-Geral

Renato Meneses Tôrres

Diretoria Administrativa

Joel de Sant'anna Braga Filho

Diretoria de Articulação Política

Marcos Martins

Diretoria de Assuntos Institucionais

Frederico Fonseca Nascimento

Diretoria de Comunicação Social

Túlio Isac Carneiro

Diretoria da Escola do Legislativo

Carlos Henrique Santillo

Diretoria Financeira

Alfredo Monteverde Ferreira

Diretoria de Informação e Divulgação da Presidência

Paulo Tadeu Bittencourt

Diretoria Legislativa

Marcelo de Araújo Melo

Diretoria Parlamentar

Rubens Bueno Sardinha da Costa

Diretoria de Tecnologia e Gestão

Leonardo Rassi Neto

Diretoria de Gestão de Pessoas

Tasso Honorato dos Reis Jr.

PROCURADORIA-GERAL

Otavila Alves Pereira de Gusmão

O Poder Legislativo em Goiás

memórias e registros



Denise Paiva
F. Itami Campos



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

P167p

Paiva, Denise

O poder legislativo em Goiás : memórias e registros,
/ Denise Paiva e F. Itami Campos. | Goiânia : Cànone Editorial, 2017.
142 p. : il.

ISBN 978-85-8058-094-5

1. Poder legislativo | Goiás (Estado) | História 2. Goiás (Estado).
Assembléia Legislativa | História I. Título II. Campos, F. Itami

17-1499

CDD 328.8173

Índices para catálogo sistemático:

1. Poder legislativo – Goiás (Estado)– História

1ª. Edição: 2017

Copyright © 2017 Denise Paiva e F. Itami Campos

Projeto editorial e capa

Bia Menezes

Preparação de originais e revisão

Andréia Girardi



Rua J 2, N. 60, Qd. 3, Lt. 18, Setor Jaó.
74673-140 – Goiânia-GO – Brasil
Telefone: (62) 3204 2825
www.canoneeditorial.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil



Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Palácio Alfredo Nasser
Alameda dos Buritis, 231 – Setor Oeste
74115-900 – Goiânia-GO – Brasil

Tel: (62) 3221-3000
www.portal.al.go.leg.br

Sumário

<i>Apresentação</i>	07
capítulo 01	
<i>Memória e História das sedes da Assembleia Legislativa de Goiás</i>	15
capítulo 02	
<i>Caracterização das Legislaturas e perfil dos presidentes da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás</i>	29
capítulo 03	
<i>As Mulheres na Assembleia Legislativa de Goiás</i>	107
<i>Referências</i>	133

Apresentação



F. Itami Campos
Denise Paiva

O Legislativo, como expressão de poder, existe desde a Antiguidade Romana, com destaque para o período republicano, quando o Senado desempenhou significativo papel. Contudo, a forma moderna de Poder Legislativo teve origem na Inglaterra, a partir do Século XIII. Foi no processo de institucionalização do Estado Moderno e no desenvolvimento das suas ideias e práticas políticas que se generalizou a divisão de Poderes, cabendo ao Legislativo destacado papel no processo de democratização, sobretudo no que se refere ao aprimoramento das leis, que devem se tornar, de forma mais direta, a expressão da vontade popular. A partir desse processo, o Parlamento realmente se torna o representante da população, devendo, por isso mesmo, agir de acordo com os interesses da população.

O Poder Legislativo apresenta-se modernamente com uma composição mais complexa, dada a diversidade de sua representação, o que pode ser entendido como fator de fragilidade. Apesar disso, pode se tornar espaço de agregação entre seus membros e a sociedade, isto é, pode se constituir de fato como espaço de debate e, nesse sentido, como espaço de participação social. Dessa forma, é importante ressaltar a estreita relação entre o pleno funcionamento do Legislativo e qualquer processo de democratização e/ou de consolidação democrática.

No caso do Brasil, proclamada a República em 15 de novembro de 1889, o Congresso Nacional assumiu relevante destaque na constitucionalização do país e na solução das crises e dos impasses surgidos naquele momento. Embora a Primeira República (1889-1930) seja considerada como uma democracia de baixa representação – limitada pelo domínio dos “coronéis” –, o Congresso Nacional manteve-se em funcionamento durante esse período, como espaço de debate e com papel importante na solução dos principais problemas em momentos de crise.

A força do pensamento autoritário e antidemocrático do período pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918) repercutiu no Brasil e marcou os anos 1930 e 1940. Na Segunda República, iniciada com a Revolução de 1930, o Congresso Nacional e todo o Legislativo funcionaram apenas de 1934 a 1937. Durante o Estado Novo (1937-1945), cujo regime ditatorial teve início com o golpe de novembro de 1937, o Congresso e todas as Casas Legislativas estiveram fechados, e os partidos políticos foram proscritos.

Após o Estado Novo, no período conhecido por República Populista (1945-1964), o Poder Legislativo teve seu funcionamento regular; as crises e as tentativas de golpe, registradas no período, repercutiram no Congresso Nacional, evidenciando sua importância no debate então travado. Destaque-se que, após a

renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros (1961), coube ao Congresso Nacional mediar os impasses, tornando-se responsável pela saída Parlamentarista.

Após o golpe de março de 1964, na Quarta República, também conhecida como Regime Militar (1964-1985), a centralização e o fortalecimento da Presidência (sobretudo por meio dos atos institucionais) marcaram o período como autoritário. O Congresso Nacional manteve-se em funcionamento, mas teve suas atividades esvaziadas, chegando a ser fechado em alguns momentos de crise.

Nos anos 1980, de novo em momento de crise, o fim do regime militar, a reconstitucionalização do país em 1988, as eleições diretas e o funcionamento dos partidos políticos criaram condições para a retomada da democracia, tornando-se fundamental a articulação dos poderes da República, especialmente do Poder Legislativo. Nestes mais de 30 anos – com idas e vindas, mas com manutenção das liberdades individuais, do processo eleitoral, do funcionamento dos partidos e da participação política e eleitoral do cidadão brasileiro – o país tem procurado assegurar princípios que garantam direitos, liberdade e participação, mas que se concretizem igualmente em outras formas de democratização política e social.

É nessa direção que a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) tem pautado seu trabalho, buscando representar bem a

sociedade goiana e resguardar os direitos e as liberdades democráticas. Entre suas várias frentes de trabalho, destaca-se seu esforço de produção bibliográfica, em que se insere a publicação deste livro. Trata-se de uma obra, que resgata sua trajetória desde o início da República, em 15 de novembro de 1889, num percurso histórico que mostra seus primeiros momentos, nos diferentes prédios e instalações em que funcionou, e também a continuidade de seu trabalho, que vem se tornando mais complexo e relevante na medida em que as mudanças em curso e o desenvolvimento do estado de Goiás apresentam, cada vez mais, novas demandas e novos desafios ao seu funcionamento. Mostra ainda a recuperação da Galeria dos seus Presidentes, com informações objetivas mas rigorosas sobre personalidades dedicadas à política e à vida parlamentar. Recupera igualmente a presença feminina no legislativo goiano, que, desde a democratização do pós Segunda Guerra Mundial, com a garantia do direito da mulher ao voto (a Lei do Direito do voto feminino é de em 1932), tem marcado uma presença não regular mas de grande importância para a democratização das discussões. Assim, com essa obra foi possível traçar um histórico panorâmico da atuação do legislativo goiano, de utilidade para o público em geral e para as novas gerações.

Vale ressaltar que este livro é fruto de uma parceria, que se torna cada dia mais sólida, entre a Assembleia Legislativa do Estado

de Goiás e a Universidade Federal de Goiás. Essa colaboração tem propiciado, entre outras iniciativas na área de pesquisa, resgatar a memória do Poder Legislativo em nosso estado, estabelecendo um diálogo profícuo entre ambas as instituições. Muito além do apoio institucional da Alego a esses projetos, há que se destacar a participação pessoal de seu diretor administrativo, Joel Sant'anna Braga Filho, que tem se empenhado da melhor forma possível na condução desta parceria.

capítulo 01



**Memória e História
das sedes da Assembleia
Legislativa de Goiás**

F. Itami Campos

A primeira Constituição Brasileira, de 1824, por meio da Lei n. 12/1832, instituiu nas Províncias do Império os chamados Conselhos Gerais, que se destinavam a reconhecer e a garantir a todo cidadão o direito de intervir nos negócios de sua Província. Como objetivo genérico, estabelece em seu artigo 81: “propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias”. Esses Conselhos Gerais não assumiam, ao que parece, a feição de um Poder autônomo e independente.

Posteriormente, surge no País um forte movimento descentralizador, advogando para as Províncias maior grau de autonomia política e administrativa. A marcha desses ideais, de inspiração nitidamente federalista, deságua na primeira reforma constitucional brasileira, que está consubstanciada na Lei n.º 12, de agosto de 1832, mais conhecida por Ato Adicional.

Com esse diploma legal nascem as Assembleias Legislativas Provinciais, com feição própria de Poder autônomo e independente, capazes, portanto, de influir política e administrativamente na vida das Províncias Brasileiras.

Em Goiás, a Assembleia Legislativa Provincial foi instalada em 1835 com 12 deputados eleitos, tendo ela funcionado desde então até ao final do Império (1889), em um prédio próximo ao Palácio Conde dos Arcos, em Goiás, Capital da Província.



1. Prédio em que funcionou o Poder Legislativo Goiano no Império: de 1835 a 1889.

Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a política brasileira viveu momentos difíceis e de muitas disputas. O poder militar, que liderou a proclamação, passou a ser contestado. Com a renúncia do Presidente Marechal Deodoro da Fonseca e do seu vice General Floriano Peixoto, o Governo Federal passou a ser controlado pelos civis, especialmente por políticos paulistas e mineiros, no conhecido arranjo político chamado “café com leite”.

Em Goiás, as lideranças civis confrontam os governadores militares indicados pelo governo da República. Grupos diversos competiram na constitucionalização estadual, quando o grupo liderado por Leopoldo de Bulhões contrapôs-se ao Presidente do Estado. Ao final, a constituição elaborada pelo Bulhonismo prevaleceu, tornando-se oficial a Constituição de 1891.

Pelas normas constitucionais, o Estado passou a ter a Câmara dos Deputados, como poder legislativo, composta por 30 deputados, eleitos por ciclos eleitorais que tinham a duração de três anos. Assim foram constituídas as três primeiras Legislaturas: a 1ª, de 1892 a 1894; a 2ª, de 1895 a 1897; e a 3ª, de 1898 a 1900.

A reforma constitucional de 1898 tornou o poder legislativo estadual Bicameral, então denominado Congresso Legislativo do Estado de Goiás e composto pelo Senado Estadual com 12 membros e pela Câmara dos Deputados, com 24 integrantes. Assim, 8 Legislaturas aconteceram ao longo da Primeira República: a 4ª Legislatura, contando-se a partir das três que se encerraram em 1900, de 1901 a 1904; a 5ª, de 1905 a 1908; a 6ª, de 1909 a 1912; a 7ª, de 1912 a 1916; a 8ª, de 1917 a 1920; a 9ª, de 1921 a 1924; a 10ª, de 1925 a 1928; e, a 11ª, de 1929/1930.

Da mesma forma que na Primeira República, o Poder Legislativo Goiano funcionou na Segunda República, de abril de

1935 a junho de 1937, neste prédio, localizado na Rua da Abadia, na Cidade de Goiás, então Capital.



2. Prédio em que funcionou o Poder Legislativo Goiano na Primeira República (1890 a 1930) e também na Segunda República (abril de 1935 a junho de 1937), localizado na Rua da Abadia, na antiga capital, Goiás.

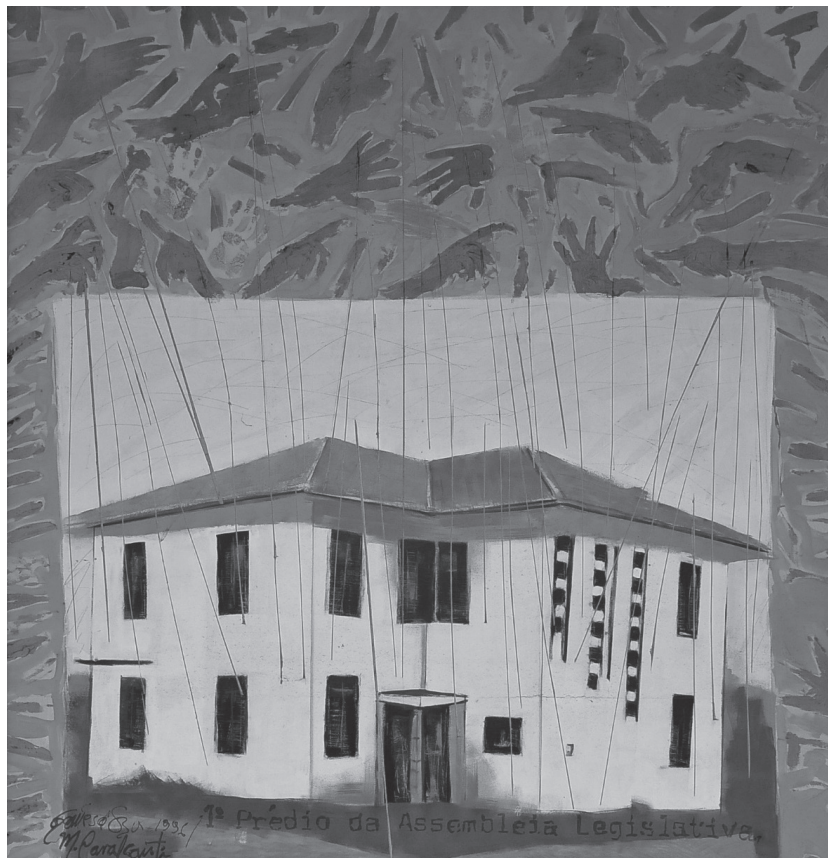
O Movimento de 1930 interrompeu o funcionamento do Poder Legislativo. O Interventor Federal e os Interventores Estaduais passaram a exercer as funções dos poderes Executivo e Legislativo.

Em 1933, após a derrota da Revolução Constitucionalista, Getúlio Vargas convoca eleições que elegeram os constituintes federais, responsáveis pela elaboração e aprovação da Constituição de 1934. Eleitos os deputados, reabrem-se as Assembleias Legislativas. Em Goiás, as eleições realizadas em 14/10/1934 elegeram os 24 deputados que compunham a Assembleia Legislativa.

Uma única Legislatura ocorreu no Pós-Trinta, de 15 de abril de 1935 a 5 de agosto de 1937. Destaque-se que a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás exerceu suas atividades na Cidade de Goiás, Capital, no mesmo prédio da Rua da Abadia, até maio de 1937, quando o Decreto da Mudança da Capital exigiu o funcionamento de todos os poderes em Goiânia.

Após 1930, o Legislativo tem um pequeno tempo de funcionamento, de abril de 1935 até o fim de 1937, período em que era construída a nova Capital. A Assembleia Legislativa permaneceu na Cidade de Goiás até maio de 1937.

Quando ocorre a mudança definitiva da Capital para Goiânia, pelo Decreto n. 1.816, de 23 de março de 1937, nova sede do Poder Legislativo é construída, em tempo recorde: 45 dias. O novo edifício situava-se na Avenida Tocantins, esquina com a Rua 12, e aparece reproduzido a seguir.



3. Prédio em que funcionou o Poder Legislativo Goiano em Goiânia, na época da Mudança da Capital, em 1937. Localizado na Rua 12, esquina com a Avenida Tocantins, Centro.

No novo prédio da Assembleia Legislativa em Goiânia, foram realizadas 26 sessões ordinárias, com quase todos os parlamentares da oposição ausentes. Com o Golpe de 10 de novembro de 1937, que deu início à ditadura do Estado Novo, o Poder Legislativo foi fechado e os partidos políticos foram proibidos de funcionar.

Em 1945, com o fim do Estado Novo e a deposição do ditador Getúlio Vargas, as eleições foram realizadas, sendo eleitos o Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, e os deputados federais constituintes. No ano seguinte, foi promulgada a Constituição de 1946. A Constituição estabeleceu as bases da democracia brasileira, com eleições que elegem o Governador e o Poder Legislativo. Assim, em 19/01/1947, foram eleitos os 32 deputados, integrantes da Assembleia Legislativa de Goiás, também o governador, J. Coimbra Bueno.

Em 22/03/1947, foi reaberta a Assembleia Legislativa, na nova Capital. Não havia sede para o funcionamento do Poder Legislativo, embora o prédio na Avenida Tocantins com a Rua 12 houvesse sido construído para tal finalidade. Então, os trabalhos legislativos foram iniciados no prédio do Museu Histórico, posteriormente denominado Museu Prof. Zoroastro Artiaga, localizado na Praça Cívica, ali funcionando, nos primeiros momentos da Constituinte, de 22 de março a 6 de abril de 1947.



4. Prédio em que funcionou o Poder Legislativo Goiano, em Goiânia, após o fim do Estado Novo, e com o poder legislativo restituído pela Constituinte de 1947. Este prédio se localiza na Praça Cívica, onde hoje funciona o Museu Zoroastro Artiaga.

A falta de condições para um bom funcionamento fez com que, dias depois, a sede do Legislativo fosse transferida para o

Palácio da Pecuária, imóvel pertencente à Sociedade Goiana de Pecuária e localizado na Avenida Goiás, permanecendo neste local de 7 de abril de 1947 até 31 de março de 1962.



5. Prédio em que funcionou o Poder Legislativo Goiano, em Goiânia, de 1947 até 1962. Localizado na Avenida Goiás, abaixo da Rua 3, Centro.

No Palácio da Pecuária, a Assembleia Legislativa funcionou por 15 anos, durante quase toda a República Populista (1946-1964) e diversos governos goianos (Coimbra Bueno, 1947-1951; Pedro Ludovico, 1951-1954; Juca Ludovico, 1954-1959; José Feliciano, 1959-1961; e, Mauro Borges, 1961-1965). Nesse período a Assembleia Legislativa foi palco de muitos debates e até de cenas de violência.



6. Prédio em que passou a funcionar o Poder Legislativo Goiano, em Goiânia, a partir de sua inauguração em 1962, localizado na Alameda dos Buritis, Centro.

Em abril de 1962, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás foi transferida para sua sede definitiva, prédio próprio, construído na Alameda dos Buritis, recebendo o nome de Palácio dos Buritis.

Posteriormente, por projeto de lei do deputado Ary R. Valadão, a sede da Assembleia Legislativa recebeu o nome de Palácio Alfredo Nasser, em homenagem ao político goiano que, tendo iniciado sua vida política como deputado estadual (1935-1937), e, elegendose posteriormente Senador da República, tornou-se Ministro da Justiça, no Regime Parlamentarista.

capítulo 02



**Caracterização das Legislaturas
e perfil dos presidentes
da Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás**

F. Itami Campos

Assembleias provinciais e Primeira República: 1889-1930

As Assembleias Legislativas Provinciais, com feição própria de poder autônomo e independente, surgem a partir da reforma da Constituição de 1824, consubstanciada na Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834, mais conhecida por Ato Adicional. Logo em seguida, instala-se a Assembleia Provincial na Cidade de Goiás, tendo sido realizadas 11 Legislaturas no período imperial.

Embora a República tenha sido proclamada em 15 de novembro de 1889, somente em julho de 1890 ocorreu a eleição para a Constituinte Federal. Em 24 de fevereiro, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1891.

Assim, definido o regime – República Federalista –, a forma de governo – Presidencialista –, bem como o Congresso Nacional, composto por Senado da República e Câmara dos Deputados, foram normatizadas as condições institucionais dos estados-membros, com eleições de seus governantes e dos integrantes da Assembleia Legislativa.

Congresso legislativo: 1891-1930

Constituinte goiana: 1891

Concluídos os trabalhos da Constituinte Federal, inicia-se a elaboração das Constituições Estaduais, sendo eleita a Assembleia Constituinte, composta por 30 membros.

Na eleição para a Constituinte Estadual em 1891, o “Centro Republicano” consegue eleger a maioria dos deputados constituintes. Como o trabalho de elaboração desta Constituição não se processou em ambiente tranquilo, o governador do Estado, Rodolfo da Paixão, nomeado pelo Presidente Deodoro da Fonseca, vincula-se ao grupo que se opõe a Leopoldo de Bulhões e seus aliados, que controlam o Legislativo, o que gera um clima de luta política declarada. Um dos recursos utilizados pelo Governador, diante da hostilidade dos congressistas, foi adiar sucessivamente o início dos trabalhos constituintes.

Em razão disso, Leopoldo de Bulhões e seus aliados acionam a maioria de membros de que dispunham no Legislativo e preparam o texto da Constituição Estadual, que é promulgada em 1º de junho de 1891. Embora o Governador não a reconhecesse, posteriormente, com o Bulhonismo dominando, ela é reconhecida e oficializada.

De acordo com essa Constituição, a Câmara dos Deputados do Estado de Goiás deveria ser composta por 30 deputados, eleitos em dois círculos eleitorais, com a duração de três anos de Legislatura e com funcionamento de apenas 60 dias por ano, de maio a julho. Assim funcionando durante as três primeiras Legislaturas.

Período unicameral: 1891-1900

1ª, 2ª e 3ª Legislaturas

No período unicameral, realizaram-se três Legislaturas. Mesmo com muitas dificuldades de transporte, 12 municípios (do sul, centro e norte do Estado) são representados no Congresso, com predominância de políticos da capital. Quase todos os integrantes do Legislativo são fazendeiros, comerciantes, negociantes e funcionários públicos.

Presidentes

✦ *Joaquim Fernandes de Carvalho*

Presidente: 1892, durante a Constituinte Goiana
1893, 1ª Legislatura

Presidente: 1897, 2ª Legislatura
Formação: autodidata
Profissão: funcionário público e professor de escola primária
Nascimento: 31 de agosto de 1838
Falecimento: 30 de janeiro de 1898
Atuação política e parlamentar: Constituinte Estadual (1891);
Presidente da Câmara na Constituinte (1891); Vice-Presidente do
Estado no 2º triênio (1892-1895), eleito em 30 de janeiro de 1892;
Deputado estadual, 1ª Legislatura (1892-1894), 2ª Legislatura
(1895-1897); Secretário da Fazenda, de 1º/05/1892 a 02/12/1893.

✦ *Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim*

Presidente: 1895, 2ª Legislatura
Formação: primeiras letras
Profissão: comerciante
Nascimento: 27 de agosto de 1847
Falecimento: 3 de março de 1920
Atuação política e parlamentar: Deputado provincial (1884-1885);
Membro do Conselho Municipal, Vereador (1886); Constituinte
do Estado (1891); Deputado estadual, 2ª Legislatura (1895-1897),
renunciou ao mandato para exercer o cargo de Presidente do Estado

no período de 1895 a 1898; 3ª Legislatura (1897-1899); Presidente do Estado de 03/05/1899 a 31/12/1899; Senador, 4ª Legislatura (1900-1902), 5ª Legislatura (1903-1905), 6ª Legislatura (1909-1911), 8ª Legislatura (1912-1914) e 9ª Legislatura (1915-1917).

✦ *Bernardo Antônio de Faria Albernaz*

Presidente: 1896, 2ª Legislatura

Formação: Liceu de Goiás

Profissão: negociante, comerciante e jornalista

Nascimento: 22 de setembro de 1847

Falecimento: 18 de abril de 1922

Atuação política e parlamentar: Deputado provincial (1880-1882, 1883-1885); Secretário do Governo Provisório; Constituinte Estadual (1891); Deputado estadual, 1ª Legislatura (1892-1894), 2ª Legislatura (1895-1897); Intendente da Capital (1893); Secretário de Instrução, Indústria e Terras, de 31/10/1896 a setembro de 1899; 2º Vice-Presidente, administrou o Estado de 21/01 a 27/03/1891; Secretário da Segurança Pública e Interior e Justiça (1899-1902); Deputado federal, 5ª Legislatura (1903-1905); Presidente do Conselho Municipal, Capital (1909); Secretário do Interior e Justiça, de 1910 a março de 1912.



Presidentes: Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, Bernardo Antônio de Faria Albernaz e Francisco Perillo.

✦ *Francisco Perillo*

Presidente: 1898, 1899, 1900, 3ª Legislatura
1907, 1908, 5ª Legislatura

Formação: autodidata

Profissão: comerciante, capitalista e fazendeiro

Nascimento: 27 de abril de 1840

Falecimento: 17 de agosto de 1924

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 1ª Legislatura (1892-1894), 2ª Legislatura (1895-1897), 3ª Legislatura (1898-1900); Intendente – prefeito – da Capital (1895-1897); Presidente da Câmara (1898, 1899 e 1900); Senador estadual, 4ª Legislatura

(1901-1904), 5ª Legislatura (1905-1908), 6ª Legislatura (1909-1912), 7ª Legislatura (1913-1916); Vice-Presidente do Senado Estadual (1905, 1910, 1911 e 1912); Presidente do Senado Estadual (1907); Vice-Presidente do Senado Estadual (1913-1915).

Período bicameral

4ª e 5ª Legislaturas: 1901-1909

Pela reforma da Constituição estadual em 1898, altera-se a estrutura do Legislativo estadual: a partir da 4ª Legislatura, ele se torna bicameral, composto de Senado Estadual, com 12 senadores, e Câmara dos Deputados, com a denominação de Congresso Legislativo do Estado de Goiás. A composição da Câmara é reduzida para 24 membros. Além disso, altera-se para quatro anos a duração de cada Legislatura, mantendo-se a eleição distrital por círculo eleitoral.

Em 7 de setembro de 1900, pela primeira vez, com essa nova configuração do Congresso Legislativo do Estado de Goiás, dois partidos concorrem às eleições: o Partido Republicano – Centro Republicano – e o Partido Republicano Federal. O primeiro, ligado aos Bulhões, controla o Executivo estadual, o segundo fica na oposição.

No início da 4ª Legislatura, em 1901, as vagas no Congresso são muito disputadas. A confirmação do mandato dependia de uma comissão da Câmara que, durante a primeira quinzena de maio, reúne-se para analisar as atas apresentadas e confirmar os mandatos.

Em junho de 1904, a legislação eleitoral e os círculos eleitorais são alterados de acordo com os interesses do grupo dominante. Sob a orientação de Xavier de Almeida, mantêm-se os 12 círculos, mas altera-se a distribuição de municípios por círculos; Morrinhos (GO), por exemplo, passa a fazer parte do primeiro círculo, cuja sede é a Capital, ao que parece numa tentativa de reduzir a força política da Cidade de Goiás (Decreto n. 1.272, de 7 de junho de 1904).

Na eleição para o Legislativo em 1904 e para o Executivo em 1905, dois grupos – Bulhonistas/Centro Republicano e Xavierismo/Partido Republicano Federal – tentam o reconhecimento de seus candidatos, surgindo, assim, uma duplicação de poderes, o que gera um impasse. Não havendo solução no âmbito estadual, apela-se para a Presidência da República, que, por sua vez, transfere a questão para ser deliberada no Congresso Nacional. Na perspectiva da “política dos governadores”, o Partido Republicano Federal, ligado ao Xavierismo, ganha a disputa e passa a controlar a política estadual.

A composição do Congresso nessas duas Legislaturas pouco difere do padrão anteriormente definido: os municípios de diferentes regiões do Estado estão ali representados; os políticos da Capital têm maioria nas casas legislativas; e a renovação é mínima de uma Legislatura a outra, variando mais em relação ao arranjo de poder estadual do que pela possível votação obtida pelo candidato.

6ª e 7ª Legislaturas: 1909-1917

Em abril de 1909, novamente reorganizam-se as forças políticas estaduais. Alguns integrantes da composição situacionista deixam o governo, aliam-se aos Bulhões e formam o Partido Democrata. Em 1º de maio, um movimento político liderado por Leopoldo de Bulhões e Eugênio Rodrigues Jardim toma o governo e liquida o domínio de Xavier de Almeida. Como ocorria a cada início de Legislatura, é grande a disputa pelas vagas na Câmara dos Deputados e no Senado.

Na 6ª Legislatura, em decorrência do Movimento de Maio e do realinhamento político ocorrido, diversos senadores e deputados não têm seus mandatos confirmados. A comissão de verificação de poderes, faz parte do grupo dominante na política estadual, gerando, assim, a depuração de candidatos indesejáveis ao situacionismo.

Em 1912, com o respaldo do Governo Federal de Hermes da Fonseca, com suas famosas “salvações”, o grupo liderado por Eugênio Jardim e Antônio Ramos Caiado (o Totó) passa a ter o controle do Executivo estadual. Urbano Coelho de Gouvea, sentindo-se desprestigiado, deixa a chefia do Executivo estadual. Os vice-presidentes e o presidente do Congresso completam o mandato.

Na recomposição de forças, os bulhonistas deixam o Partido Democrata e reorganizam o Partido Republicano, ficando este na oposição. Assim, em 1913, no início da 7ª Legislatura, os efeitos dessa alteração nos quadros da política são percebidos, houve diversas depurações, entre elas, deve ser destacada a de Abílio Wolney, que, anos depois, vai liderar a resistência às tropas do Governo em São José do Duro, no nordeste goiano.

Em 1916, novamente a legislação eleitoral é alterada, numa reorganização das alianças políticas, e os círculos eleitorais são modificados, especialmente nos municípios-sede dos distritos. De acordo com o Decreto n. 4.135, de 5 de maio de 1916, nos distritos, em número de 12, são eleitos os 24 deputados, cada um elege dois parlamentares.

Nessas duas Legislaturas, não há mudanças na composição do Congresso Legislativo Estadual. A representação por regiões mantém-se, com o predomínio de políticos da Capital. Na Câmara, além

de fazendeiros, comerciantes e negociantes, elegem-se um advogado e um farmacêutico na 7ª Legislatura. A renovação no Congresso dependia da composição política, dessa forma, no início de ambas as Legislaturas, houve uma recomposição no quadro dirigente estadual.

Da 8ª à 11ª Legislatura: 1917-1930

A eleição para a 8ª Legislatura, em setembro de 1916, teve sua composição baseada em um acordo político, celebrado sob o patrocínio do Presidente Wenceslau Brás, envolvendo os chefes da política goiana – o situacionismo do Partido Democrata e a oposição do Partido Republicano (ver Campos, 2003). O acordo tenta preservar a tranquilidade política estadual, garantindo à oposição um espaço político com um terço da representação no Congresso Nacional, no Executivo estadual e no Congresso Legislativo do Estado de Goiás. Contudo, tornou-se o período de domínio dos Caiado-Castro-Jardim. A partir de 1921, o Partido Democrata domina a política regional, com o quase desaparecimento do Partido Republicano. O acordo teve vigência prática somente até o fim da 8ª Legislatura.

A 9ª, a 10ª e a 11ª Legislatura foram compostas quase somente por integrantes do Partido Democrata. As eleições eram uma

confirmação da chapa apresentada pela comissão executiva desse partido. Com uma nova regulamentação da legislação eleitoral, aprovada no Estado pela Lei n. 623, de 28 de setembro de 1918, há pequenas alterações na forma de alistamento eleitoral; além disso, a nova lei reorganiza os círculos eleitorais, reduzindo-os de 12 para 6; cada um deles passa a eleger 4 deputados estaduais e define, além da Capital, as cidades de Morrinhos, Catalão, Bonfim, Posse e Porto Nacional como sedes de círculo eleitoral. Esse tipo de organização dos círculos eleitorais e das respectivas sedes durou até 1930, um fato importante para a manutenção do domínio no Estado. Vale ressaltar que a alteração de círculos e sedes sempre levou a uma rearticulação de forças políticas no Estado.

Pela composição do Congresso Legislativo Estadual, percebe-se o leque de alianças montado pelos dirigentes estaduais: na 10ª Legislatura, 17 municípios têm representantes na Câmara dos Deputados, incluindo 6 residentes na Capital. Nessas Legislaturas, enquanto no Congresso predominam profissionais ligados à agropecuária, na Câmara estão presentes alguns parlamentares com curso superior, como advogados, dentistas, médicos e farmacêuticos. Como já foi observado, a renovação do Congresso depende menos do processo eleitoral e mais da composição de poder no Estado. Assim, a permanência e a reeleição nessas Legislaturas são

maiores que nas anteriores. O arranjo de poder estabelecido em 1916 permanece com pouca alteração até o Movimento de Trinta.

Presidentes

✦ *Simão de Souza Rego e Carvalho*

Presidente: 1901, 1904, 4ª Legislatura

Formação: primeiras letras

Profissão: funcionário público

Nascimento: 1º de janeiro de 1853

Falecimento: 23 de junho de 1936

Atuação política e parlamentar: Conselheiro Municipal, Goiás (1895-1897); Deputado estadual, 3ª Legislatura (1898-1900), 4ª Legislatura (1901-1904).

✦ *José Gonzaga Sócrates de Sá*

Presidente: 1905-1906, 5ª Legislatura

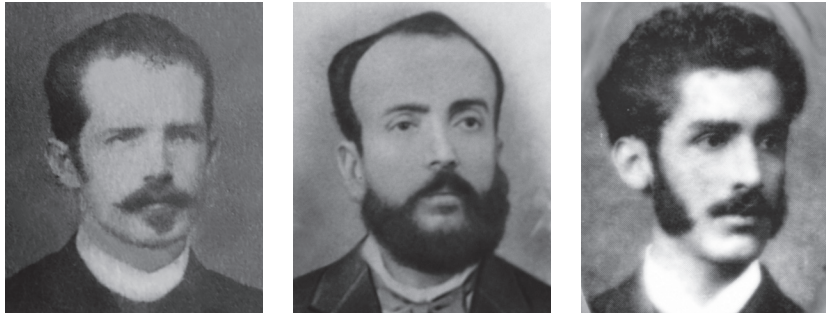
Formação: primeiras letras

Profissão: funcionário público

Nascimento: 24 de abril de 1837

Falecimento: 23 de setembro de 1919

Atuação política e parlamentar: Deputado provincial em várias Legislaturas; Deputado estadual, 2ª Legislatura (1895-1897); 5ª Legislatura (1905-1908), 6ª Legislatura (1909-1912); eleito para a 7ª Legislatura (1913), mas foi depurado, não tomou posse.



Presidentes: Simão de Souza Rego e Carvalho, José Gonzaga Sócrates de Sá e Sebastião Fleury Curado.

✦ *Sebastião Fleury Curado*

Presidente: 1907, 5ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado, professor e juiz de direito

Nascimento: 22 de janeiro de 1864

Falecimento: 4 de maio de 1944

Atuação política e parlamentar: Deputado provincial; Deputado federal (1891-1893) durante a Constituinte; Secretário do Interior e Justiça (1905); Deputado estadual, 5ª Legislatura (1905-1908); eleito pelo 6º Círculo Eleitoral, Presidente da Câmara em 1907, renuncia ao final da Legislatura; Deputado federal (1912-1914).

✦ *Olegário Delfino Rodrigues*

Presidente: 1908, 5ª Legislatura

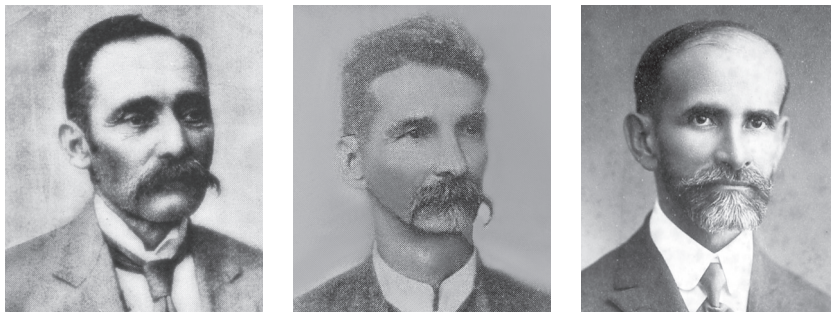
Formação: Liceu de Goiás

Profissão: fazendeiro e servidor público

Nascimento: 1863

Falecimento: 20 de abril de 1925

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 4ª Legislatura (1901-1904), 5ª Legislatura (1905-1908), eleito pelo 1º Círculo Eleitoral; eleito deputado estadual em 7 de setembro de 1908, não teve o mandato reconhecido, foi depurado em maio de 1909; Secretário de Estado das Finanças, quadriênio 1913/1917; Secretário de Estado das Finanças, quadriênio 1917/1921, de julho de 1917 a julho de 1921; Senador estadual, 9ª Legislatura (1921-1924), eleito em 1922, na vaga de Miguel da Rocha Lima, que renunciou ao cargo para assumir o governo estadual.



Presidentes: Olegário Delfino Rodrigues, Virgílio José de Barros e Abílio Wolney.

✦ *Octávio Augusto Confúcio*

Presidente: 1909-1910, 6ª Legislatura

Formação: Liceu de Goiás; Escola Preparatória, Rio Pardo (RS);
Escola Militar de Porto Alegre (RS); Escola Superior de Guerra,
Rio de Janeiro, 1896

Profissão: engenheiro militar (oficial do Exército)

Nascimento: 14 de junho de 1868

Falecimento: 1935

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 5ª Legislatura
(1905-1908), 6ª Legislatura (1909-1912).

✦ *Virgílio José de Barros*

Presidente: 1911, 6ª Legislatura

Formação: autodidata

Profissão: pecuarista e empreiteiro de obras públicas

Nascimento: 17 de agosto de 1857

Falecimento: 15 de fevereiro de 1936

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 6ª Legislatura (1909-1912), compôs a Mesa Diretora: Presidente da Câmara (1911); Vice-Presidente (1909, 1910 e 1912); eleito Senador estadual em 7 de setembro de 1912 e reconhecido em maio de 1913, não assumiu seu mandato no Senado Estadual.

✦ *Abílio Wolney*

Presidente: 1912, 6ª Legislatura

Formação: autodidata

Profissão: fazendeiro, agente dos Correios e solicitador

Nascimento: 22 de agosto de 1876

Falecimento: 1965

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 2ª Legislatura (1895-1897), 5ª Legislatura (1905-1908), 6ª Legislatura (1909-

1912); eleito Deputado federal por Goiás em 1900, foi depurado, quando Ovídio Abrantes foi o indicado para o cargo; 7ª Legislatura (1913), foi eleito e depurado, não assumiu: “perdeu o mandato por ser contratante do Estado”, conforme a reportagem do jornal *A Imprensa*, de 22/11/1913; Presidente da Câmara (1912); Presidente do Conselho Municipal, em Barreiras (BA), 1922; Prefeito de Barreiras (1930).

✦ *Luiz Guedes de Amorim*

Presidente: 1913-1914, 7ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado, promotor e magistrado

Nascimento: 22 de julho de 1905

Falecimento: junho de 1933

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 5ª Legislatura (1905-1908), eleito pelo 1º Círculo Eleitoral; eleito deputado em 7 de setembro de 1908, seu mandato foi depurado, não foi reconhecido; 7ª Legislatura (1913-1916); Secretário de Estado das Finanças (quadriênio 1913/1917), de 31/12/1914 a 15/05/1916; Senador estadual, 8ª Legislatura (1917-1920), 9ª Legislatura (1921-1924); Secretário de Estado das Finanças (quadriênio

1921-1925), de novembro de 1922 a 1925; Secretário de Estado das Finanças, na administração de Brasil Ramos Caiado (1925-1929); Secretário de Estado das Finanças, na administração de Alfredo Lopes de Moraes (1929-1930).



Presidentes: Luiz Guedes de Amorim, Arnulpho Ramos Caiado e Abílio Alves Castro.

✦ *Arnulpho Ramos Caiado*

Presidente: 1915-1916, 7ª Legislatura

1917-1918, 8ª Legislatura

1919-1920, 8ª Legislatura

1921-1922, 8ª Legislatura

Formação: Odontologia

Profissão: odontólogo e fazendeiro

Nascimento: 31 de dezembro de 1883

Falecimento: 20 de dezembro de 1966

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 6ª Legislatura (1909-1912), compôs a Mesa Diretora: 1ª Secretária (1909, 1910 e 1911); 7ª Legislatura (1913-1916), compôs a Mesa Diretora: 1ª Secretária (1913-1914); 8ª Legislatura (1917-1920); 9ª Legislatura (1921-1924); Presidente da Câmara (1915-1916); Secretário de Instrução e Obras Públicas, de julho de 1921 a maio de 1922; Intendente da Capital, eleito em setembro de 1927, assume em seguida, permanecendo até 1930.

✦ *Abílio Alves de Castro*

Presidente: 1923-1924, 9ª Legislatura

1925-1926, 10ª Legislatura

1927-1928, 10ª Legislatura

Formação: Ensino Médio

Profissão: fazendeiro, comerciante e funcionário público

Nascimento: 7 de julho de 1885

Falecimento: 1964

Atuação política e parlamentar: Intendente (prefeito) do município da Capital; Deputado estadual, 8ª Legislatura (1917-1920),

compôs a Mesa Diretora: 4ª Secretaria (1917-1918); 9ª Legislatura (1921-1924); 10ª Legislatura (1925-1928); 11ª Legislatura (1929-1930); Senador estadual, compôs a Mesa Diretora: 3ª Secretaria (1929-1930).



Presidente: Octávio Monteiro Guimarães

✂ *Octávio Monteiro Guimarães*

Presidente: 1929-1930, 11ª Legislatura

Formação: Odontologia

Profissão: odontólogo e jornalista

Nascimento: 2 de março de 1887

Falecimento: 2 de fevereiro de 1970

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 8ª Legislatura (1917-1920); 9ª Legislatura (1921-1924); 10ª Legislatura (1925-

1928); 11ª Legislatura (1929-1930); Secretário de Governo, durante a administração de Osanah de Campos Guimarães, de julho de 1950 a março de 1951.

Segunda República: 1935-1937

Uma única Legislatura ocorre no pós-trinta, no período de 15 de abril de 1935 a 05 de agosto de 1937, composta por 24 parlamentares: 16 deputados do Partido Social Republicano, situacionista, e 08 da Coligação Libertadora, oposição.

Ainda em abril é composta a Comissão Constitucional com a responsabilidade de elaborar o texto da nova Constituição, integrada pelos seguintes parlamentares: Antônio Raymundo Gomes da Frota, João d'Abreu, Felicíssimo do Espírito Santo Netto, Guilherme Xavier de Almeida – representantes da situação; Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior e Victor Coelho de Almeida – representantes da oposição. Com a conclusão do trabalho em junho, o texto constitucional logo é submetido à votação em plenário e, em 26 de junho de 1935, promulga-se a Constituição do Estado de Goiás, que terá curta duração, já que o Golpe de novembro de 1937 vai alterar todos os procedimentos constitucionais, pela Constituição de 1937, conhecida por "Polaca".

Terminados os trabalhos de elaboração da Constituição, a Assembleia assume suas funções legislativas. O Legislativo estadual goiano vive momentos de intensa agitação nessa época, visto que a questão da mudança da Capital polariza o debate. Embora o partido situacionista, Partido Social Republicano, tivesse eleito a maioria dos membros da Assembleia Legislativa, a oposição obstruía os trabalhos, dificultando a aprovação de questões do interesse do Governo, especialmente quanto à mudança da capital. Os embates políticos ocorridos entre 1935 e 1937 foram muitos. Para obter êxito na mudança da capital, o Governador Pedro Ludovico Teixeira não poupou o uso da força.

Com a perspectiva de mudança dos Três Poderes para a nova capital – Goiânia –, em tempo recorde foi construído o prédio da sede do Poder Legislativo, na Avenida Tocantins, esquina com Rua 12, no Centro. E, a partir de 15 de junho de 1937, a Assembleia Legislativa já se reúne em sua sede na cidade de Goiânia. Nas 40 reuniões ordinárias (da 45ª à 85ª), a Assembleia conta com quórum de 12, 13 ou 14 deputados – muitos integrantes da oposição não comparecem a nenhuma sessão, com exceção dos deputados Agenor Alves de Castro, Felismino Viana e Victor Coelho de Almeida, que estiveram presentes em quase todas; Genserico Jaime esteve presente em algumas; Jacy de Assis e Jubé Jr. ficaram quase todo o período em licença médica.

Altera-se então substancialmente a composição da Assembleia em relação ao período anterior. A maioria dos deputados tem curso superior: 7 médicos, 5 advogados e 2 farmacêuticos; além de 6 comerciantes e 4 funcionários públicos; apenas um declara ser fazendeiro. Quanto à origem dos parlamentares tem-se: a Capital, Cidade de Goiás, continua elegendo mais deputados, com 7; em seguida, Rio Verde e Anápolis, com 3 deputados de cada cidade; e Jaraguá com 2. Considerando as regiões, tem-se: Sudoeste, Sul, Sudeste e Central são bem representadas; o Nordeste (Arraias) tem um deputado; o Norte, contudo, não está representado. Destaque-se que em toda a Primeira República o norte goiano sempre teve representação no Legislativo estadual.

Em novembro de 1937, após o Golpe, o Legislativo entra em recesso; assim, a Assembleia fica fechada durante todo o Estado Novo, de 1937 a 1945.

Presidentes

✦ *Hermógenes Ferreira Coelho*

Presidente: 1935, durante a Constituinte

1935 a 29/09/1936 (Destituído), 1ª Legislatura (Única)

Formação: curso ginásial

Profissão: comerciante

Nascimento: 12 de julho de 1898

Falecimento: 12 de junho de 1953

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 9ª Legislatura (1921-1924); 1ª Legislatura (1935-1937, durante a Constituinte).

Durante a crise política motivada pela mudança da capital, foi destituído da Presidência da Assembleia Legislativa em 29/09/1937;

Conselheiro Municipal, na Cidade de Goiás, em novembro de 1930; Prefeito de Goiás (1947-1950).

✦ *João de Abreu*

Presidente: outubro/1936-1937, 1ª Legislatura (Única)

Formação: Odontologia, Direito

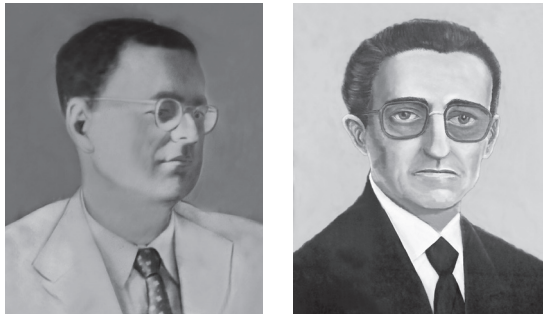
Profissão: odontólogo, funcionário público e bacharel em Direito

Nascimento: 4 de julho de 1888

Falecimento: 27 de outubro de 1976

Atuação política e parlamentar: Intendente em Arraias (1912-1913); Vereador, na Cidade de Goiás; Constituinte Estadual (1935); Deputado estadual, 1ª Legislatura (1935-1937); Governo do Estado (1937), assumiu temporariamente; Diretor Geral da

Fazenda (1937); Constituinte Federal (1946); Deputado federal, 1ª Legislatura (1946-1951), 2ª Legislatura (1951-1955), 3ª Legislatura (1955-1959); Vice-Governador, no Governo José Feliciano (1959-1961); Prefeito de Arraias (1968-1972).



Presidentes: Hermógenes Ferreira Coelho e João de Abreu.

Redemocratização e populismo: terceira república

Com a democratização em 1945, a Assembleia Legislativa é reaberta após dez anos de recesso, pois somente em 1947 os parlamentares voltam a se reunir. Sem sede própria, instala-se precariamente no Museu Histórico, na Praça Cívica, e posteriormente no Palácio da Pecuária, na Avenida Goiás, onde funciona da 1ª até

a 4ª Legislatura. Em 15 de abril de 1962, é transferida para a sede própria, no Palácio dos Buritis que, anos depois, recebe o nome de Palácio Alfredo Nasser.

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás foi solenemente instalada pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 22 de março de 1947. Ao iniciar seus trabalhos, a Assembleia se depara com muitos problemas, quase todos decorrentes de seu longo período de fechamento, imposto pelo Estado Novo. Entre as dificuldades encontradas merecem ser destacadas: a) a falta de regimento interno; assim, adota-se o de 1935 até que um novo seja elaborado; b) a falta de previsão de recursos do orçamento estadual para o funcionamento deste novo poder; c) a falta de um quadro de servidores para o seu funcionamento.

Em 18 de abril de 1947, são designados os membros da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição, composta pelos seguintes deputados: Vital Pereira Cabral, Wilson da Paixão, Gerson de Castro Costa, Benedito Vaz, José de Souza Porto e Getulino Artiaga, pelo PSD; Felix Pereira de Moura, Vilmar da Silva Guimarães e Urquiza Fleury de Brito, pela UDN; Joaquim Gilberto e Ary Frausino Pereira, pela ED; Abrão Isaac Neto, pelo PCB. Em junho, a comissão tem o acréscimo de mais um membro, o deputado José Hercílio Curado Fleury, pelo Partido Republicano.

Concluídos os trabalhos e aprovado o texto, foi promulgada em 20 de julho a Constituição do Estado de Goiás de 1947.

Da 1ª à 5ª Legislatura (1947-1967)

Na chamada República Populista (1946-1964), há cinco Legislaturas com um total de 167 deputados eleitos. Embora fosse um período com grande número de siglas partidárias, apenas sete partidos tiveram representação na Assembleia Legislativa de Goiás: PSD, UDN, PSP, PTB, PDC, Esquerda Democrática/PSB e PCB. O PSD, em todas as Legislaturas, sempre compôs a maior bancada da Assembleia Legislativa; da mesma forma, elege quase todos os governadores e tem a maioria dos representantes goianos na Câmara Federal e no Senado.

Analisando a composição da Assembleia por Legislatura, observa-se que é grande a renovação com uma média de 73,3% no período, sendo mínima a reeleição de deputados, apenas um quarto permanece de uma Legislatura para outra. Da 2ª para a 3ª Legislatura ocorre uma permanência de 40,6%, uma porcentagem bem alta para o padrão do período.

Em maio de 1947, por proposição do Presidente Eurico Gaspar Dutra, o TSE cancela o registro do Partido Comunista do Brasil

e, em 21 de janeiro de 1948, a Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás declara extintos os mandatos dos deputados Abrão Isaac Neto e Afrânio Francisco de Azevedo, eleitos sob a legenda do “Partido Comunista do Brasil”.

No pleito de 3 de outubro de 1950, pela primeira vez, uma mulher é eleita para a Assembleia Legislativa goiana, Berenice Teixeira Artiaga, que assume na 2ª Legislatura. Na 3ª Legislatura, além de Berenice Artiaga, é eleita Almerinda Magalhães Arantes, pelo PTB; na 4ª e na 5ª Legislatura, a deputada Ana Braga de Queiroz também representava o norte goiano.

Alguns temas movimentam a Assembleia durante esse período, merecendo destacar a questão de terras, pois, além do debate nacional, registram-se conflitos de terras em diversas regiões do Estado, especialmente a revolta de Trombas e Formoso, em 1954. Outra temática muito presente na Assembleia é a da mudança da Capital Federal para Brasília. A Assembleia Legislativa e o Governo goiano não pouparam esforços para estimular essa mudança.

Vale destacar a mudança de regime ocorrida em 31 de março de 1964, com o golpe de estado e o início do Regime Militar e seus desdobramentos na política nacional e estadual. Logo em abril, o Ato Institucional n. 1 cassou o mandato dos seguintes deputados: Walteno Cunha Barbosa, José Porfírio de Souza,

Joaquim Olinto de Jesus Meirelles e Wison da Paixão. Em janeiro de 1965, um acordo celebrado por setores do PSD com o governo militar levou a Assembleia Legislativa a declarar vago o cargo de governador e o de vice, reconhecendo a intervenção e a deposição de Mauro Borges Teixeira; assim, o Coronel Meira Mattos, indicado por Brasília, assume o governo. Posteriormente, por indicação do Governo Federal, o Marechal Emílio Ribas Júnior é eleito indiretamente para completar a gestão de Mauro Borges Teixeira.

Presidentes: 1947-1966

✎ *Taciano Gomes de Melo*

Presidente: 22/03/1947 a 20/07/1947, durante a Assembleia Constituinte

Formação: Medicina

Profissão: médico e fazendeiro

Nascimento: 12 de janeiro de 1904

Falecimento: 4 de julho de 1986

Atuação política e parlamentar: Constituinte Estadual (1935);

Vice-Governador (1935-1937); Deputado estadual, 1ª Legislatura

(1935-1937), teve o mandato cassado em 02/08/1936, pelo

Tribunal Eleitoral; Prefeito de Pires do Rio (1937-1945);

Constituinte estadual (1947); Deputado estadual, 1ª Legislatura (1947-1951); Prefeito de Pires do Rio (1951-1954); Deputado federal (1955-1959); Senador da República (1959-1960), renunciou em 1961 num acordo do PSD para a eleição de Juscelino Kubitschek ao Senado, por Goiás.



Presidentes: Taciano Gomes de Melo, Alberto Pinto Coelho e Diógenes Dolival Sampaio.

✦ *Alberto Pinto Coelho*

Presidente: 22/07/1947 a 16/04/1948, 1ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e professor

Nascimento: 24 de junho de 1910

Falecimento: 30 de maio de 1958

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, durante a Constituinte e 1ª Legislatura (1947-1951).

✦ *Diógenes Dolival Sampaio*

Presidente: 16/04/1948 a 24/04/1949, 1ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: industrial e advogado

Nascimento: 21 de maio de 1900

Falecimento: 14 de maio de 1982

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 1ª Legislatura (1935-1937), eleito 6º suplente, assumiu em 15 de abril de 1937; 1ª Legislatura (1947-1951); 2ª Legislatura (1951-1955); Prefeito de Catalão; Secretário de Estado do Interior e Justiça, durante o governo Coimbra Bueno.

✦ *José de Souza Porto*

Presidente: 26/04/1949 a 31/01/1951, 1ª Legislatura

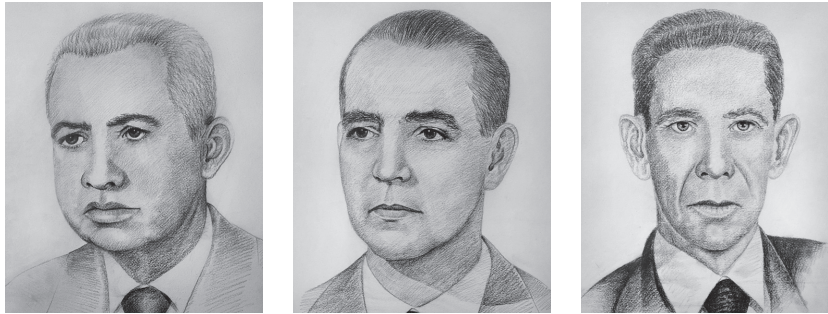
Formação: Odontologia

Profissão: odontólogo e funcionário público

Nascimento: 11 de abril de 1905

Falecimento: 19 de abril de 1984

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, durante a Constituinte e 1ª Legislatura (1947-1951); 2ª Legislatura (1951-1955); 4ª Legislatura (1959-1963), quando se afastou para ocupar a Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, durante o governo José Feliciano (1959-1961); Prefeito de Pedro Afonso (1961-1965).



Presidentes: José De Souza Porto, Gerson de Castro Costa e Floriano Gomes Da Silva.

✂ *Gerson de Castro Costa*

Presidente: 16/04/1951 a 16/04/1952, 2ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e jornalista

Nascimento: 2 de agosto de 1917

Falecimento: 17 de setembro de 1992

Atuação política e parlamentar: Secretário Interino da Fazenda, Goiás (1938); Diretor Geral do Departamento Estadual de Cultura de Goiás (1945); Deputado estadual, 1ª Legislatura (1947-1951), 2ª Legislatura (1951-1955), 3ª Legislatura (1955-1959).

✦ *Floriano Gomes Da Silva*

Presidente: 16/04/1952 a 16/04/1953, 2ª Legislatura

Formação: autodidata

Profissão: advogado provisionado

Nascimento: 13 de outubro de 1905

Falecimento: 19 de setembro de 1981

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 2ª Legislatura (1951-1955).

✦ *José Feliciano Ferreira*

Presidente: 16/04/1953 a 20/04/1954, 2ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e proprietário rural

Nascimento: 15 de dezembro de 1916

Falecimento: 23 de março de 2009

Atuação política e parlamentar: Vereador eleito para a Câmara Municipal de Jataí (1947); Deputado estadual, 2ª Legislatura (1951-1955); Secretário de Estado da Educação e Cultura no governo Jonas Duarte; Secretário de Estado da Educação e Cultura no Governo José Ludovico; Governador do Estado de Goiás (1959-1961); Senador federal, suplente de Juscelino Kubitschek (1961); Senador federal (1963-1970).



Presidentes: José Feliciano Ferreira, Sebastião Gonçalves de Almeida e Pedro Celestino da Silva Filho.

✦ Sebastião Gonçalves de Almeida

Presidente: 20/04/1954 a 31/01/1955, 2ª Legislatura
Formação: Seminário de Goiás (não se ordenou)

Profissão: serventuário da justiça e solicitador
Nascimento: 17 de agosto de 1899
Falecimento: 1966
Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 1ª Legislatura (1935-1937), 5º suplente do PSR, assumiu o cargo em 27 de abril de 1937; 2ª Legislatura (1951-1955).

✦ *Pedro Celestino da Silva Filho*

Presidente: 01/02/1955 a 16/04/1956, 3ª Legislatura
Formação: Direito
Profissão: professor, jornalista e advogado
Nascimento: 27 de outubro de 1915
Falecimento: 08 de agosto de 1996
Atuação política e parlamentar: Secretário da Prefeitura Municipal de Morrinhos; Deputado estadual, 2ª Legislatura (1951-1955), 3ª Legislatura (1955-1959), 4ª Legislatura (1959-1963); Deputado federal (1963-1967, 1967-1971); em 14/03/1969, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos, com base no AI-5.

☞ *Antônio de Queiroz Barreto*

Presidente: 16/04/1956 a 16/04/1957, 3ª Legislatura

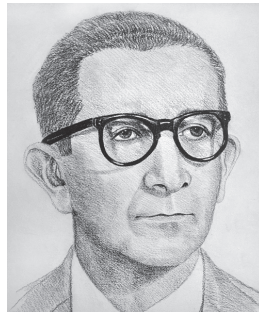
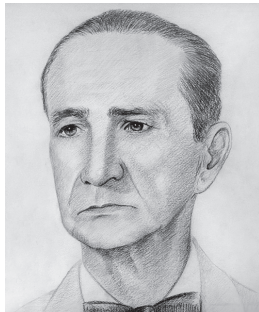
Formação: Ensino Médio

Profissão: advogado provisionado

Nascimento: 07 de novembro de 1889

Falecimento: 20 de setembro de 1976

Atuação política e parlamentar: Chefe de Polícia do Estado de Goiás (1942); Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública (1945); Deputado estadual, 2ª Legislatura (1951-1955), 3ª Legislatura (1955-1959), 4ª Legislatura (1959-1963).



Presidentes: Antônio de Queiroz Barreto, Jerônimo Pinheiro de Abreu e Wilson da Paixão.

✦ *Jerônimo Pinheiro de Abreu*

Presidente: 16/04/1957 a 16/04/1958, 3ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado, agropecuarista e empresário

Nascimento: 02 de agosto de 1915

Falecimento: 17 de dezembro de 1999

Atuação política e parlamentar: Vereador eleito para a Câmara Municipal de Itaberaí (1947-1950); Deputado estadual, 2ª Legislatura (1951-1955), 3ª Legislatura (1955-1959).

✦ *Wilson da Paixão*

Presidente: 16/04/1958 a 31/01/1959, 3ª Legislatura

Formação: Curso de Direito, iniciado na Faculdade Oswaldo Cruz, em São Paulo, e concluído na Faculdade de Direito (UFG), em Goiânia

Profissão: advogado

Nascimento: 14 de setembro de 1925

Falecimento: 13 de dezembro de 1980

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 1ª Legislatura (1947-1951), 2ª Legislatura (1951-1955), 3ª Legislatura (1955-1959), 4ª Legislatura (1959-1963); Conselheiro do Tribunal de

Contas do Estado de Goiás, nomeado no último mandato de deputado; Secretário de Estado do Interior e Justiça, no Governo Mauro Borges; Secretário de Estado do Trabalho também no Governo Mauro Borges.

✦ *Nelson Siqueira*

Presidente: 01/02/1959 a 03/05/1960, 4ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e funcionário público

Nascimento: 3 de dezembro de 1930

Falecimento: 24 de setembro de 2014

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 3ª Legislatura (1955-1959), 4ª Legislatura (1959-1963); Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (1963); Presidente do TCE por 10 vezes.

✦ *José Dos Santos Freire*

Presidente: 03/05/1960 a 17/04/1961, 4ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e funcionário público estadual

Nascimento: 18 de maio de 1928

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 3ª Legislatura (1955-1959), 4ª Legislatura (1959-1963); Secretário de Estado da Indústria e Comércio, no Governo Mauro Borges (1961); Deputado federal (1963-1967, 1967-1971, 1971-1975, 1979-1983, 1983-1987, 1987-1991).



Presidentes: Nelson Siqueira, José Dos Santos Freire e Luiz Fernando da Silva.

✦ *Luiz Fernando da Silva*

Presidente: 17/04/1961 a 16/04/1962, 4ª Legislatura

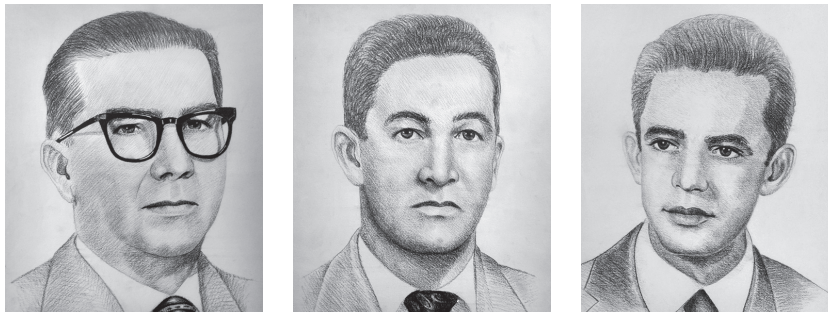
Formação: Medicina

Profissão: médico

Nascimento: 13 de fevereiro de 1918

Falecimento: 10 de setembro de 1989

Atuação política e parlamentar: Secretário da Saúde da Prefeitura Municipal de Anápolis; Deputado estadual, 4ª Legislatura (1959-1963); Presidente da Assembleia Legislativa (1961-1962), em sua gestão conclui-se a construção da sede da Assembleia no Bosque dos Buritis; Deputado estadual, suplente do PTB, 5ª Legislatura (1963-1967); Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Social do Estado de Goiás (Ipasgo).



Presidentes: Clotário de Freitas, Almir Turisco de Araújo e Iris Rezende Machado.

✂ *Clotário de Freitas*

Presidente: 17/04/1962 a 31/01/1963, 4ª Legislatura

Formação: Farmácia

Profissão: farmacêutico e fazendeiro

Nascimento: 12 de setembro de 1904

Falecimento: 21 de setembro de 1998

Atuação política e parlamentar: Prefeito Municipal de Jaraguá, nomeado (1946-1948); Deputado estadual, 3ª Legislatura (1955-1959), 4ª Legislatura (1959-1963), 5ª Legislatura (1963-1967); licenciou-se para assumir o cargo de Secretário do Interior e Justiça do Estado de Goiás, no Governo Mauro Borges, de junho a novembro de 1964.

✦ *Almir Turisco de Araújo*

Presidente: 02/02/1963 a 16/04/1964, 5ª Legislatura

Formação: Curso Primário, autodidata

Profissão: fazendeiro e fiscal de rendas do Estado

Atuação política e parlamentar: Subprefeito, no Distrito de Hidrolândia (1940-1941); Subprefeito, no Distrito de Trindade (1941-1942); Prefeito de Anicuns, nomeado (1942-1945); Vereador eleito para a Câmara Municipal de Anicuns (1947); Presidente da Câmara Municipal de Anicuns; Deputado estadual, suplente, 3ª Legislatura (1955-1959), 4ª Legislatura (1959-1963), 5ª Legislatura (1963-1967); eleito vice-governador, indiretamente, nas negociações da bancada do PSD com o governo federal

após a deposição de Mauro Borges (1965), assumiu o cargo de Governador na ausência do titular; Deputado federal, suplente, (1967-1971), assumiu o mandato em 1968 por 4 meses, mas teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por 10 anos, em 30 de abril de 1969.

✦ *Iris Rezende Machado*

Presidente: 16/04/1964 a 22/04/1965, 5ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e agropecuarista

Nascimento: 22 de dezembro de 1933

Autuação política e parlamentar: Vereador eleito para a Câmara Municipal de Goiânia (1959-1962); Presidente da Câmara Municipal (1960-1961); Deputado estadual, 5ª Legislatura (1963-1967); líder do governo Mauro Borges (1963-1964); Presidente da Assembleia Legislativa (1964-1965); Prefeito Municipal de Goiânia (1966-1969), em 17 de outubro de 1969, com base no AI-5, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos, pela Junta Militar que governava o país; Governador do Estado (1983-1987, 1991-1995); Ministro da Agricultura, no governo José Sarney; Senador (1994-2001), licenciou-se do mandato em

1997 para assumir o Ministério da Justiça, no governo Fernando Henrique Cardoso, reassumiu o mandato em 1998; Governador eleito em 2016, para o quarto mandato (2017-2020).

✦ *Luziano Ferreira de Carvalho*

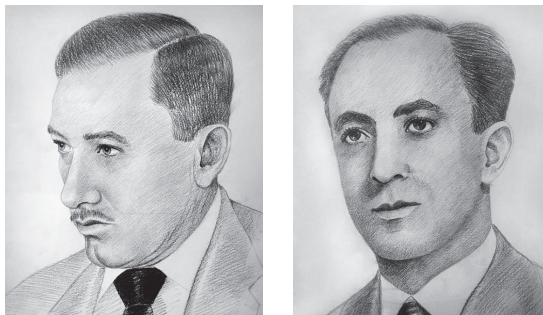
Presidente: 22/04/1965 a 16/04/1966, 5ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: agropecuarista

Nascimento: 21 de abril de 1927

Atuação política e parlamentar: Prefeito Municipal de Jataí (1956-1959); Deputado estadual, 4ª Legislatura (1959-1963), 5ª Legislatura (1963-1967), 6ª Legislatura (1967-1971).



Presidentes: Luziano Ferreira de Carvalho e Olímpio Jayme.

✦ *Olímpio Jayme*

Presidente: 16/04/1966 a 31/01/1967, 5ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e fazendeiro

Nascimento: 07 de junho de 1927

Falecimento: 30 de junho de 2016

Atuação política e parlamentar: Vereador eleito para a Câmara Municipal de Goiânia (1951-1954); Deputado estadual, 5ª Legislatura (1963-1967), 6ª Legislatura (1967-1971), teve o mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos, em 14/03/1969, com base no AI-5; Secretário de Estado do Trabalho e da Segurança Pública.

Regime militar: Quarta República

Da 6ª à 9ª Legislatura (1967-1983)

Quatro Legislaturas tiveram início no pós-1964, sendo eleitos um total de 147 deputados. Analisando a composição de cada Legislatura, observa-se que o processo de renovação foi menor do que no período anterior (1945-1964). A reeleição de deputados

ocorre em maior número, numa percentagem de quase 40%, sendo que na 9ª Legislatura há a reeleição de aproximadamente a metade dos deputados. Vale observar que, nas Legislaturas iniciadas durante o Regime Militar, nenhuma mulher foi eleita para o Legislativo estadual. Considerando estes dois fatos – aumento da reeleição e ausência de mulheres –, infere-se que o parlamento goiano se tornou mais conservador durante o Regime Militar.

Em outubro de 1965, o Ato Institucional n. 2, entre outras determinações, extingue os partidos políticos existentes (eram dezesseis no total) e define o funcionamento de dois partidos. De 1965 até 1979/1980, apenas a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) estiveram presentes na política brasileira. É importante observar que o partido situacionista – Arena – elege sempre a maioria dos deputados estaduais goianos. Além disso, por força do AI-2, a partir de então os governadores de Estado passaram a ser eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa. Em Goiás, foram eleitos indiretamente: a) Leonino de Ramos Caiado, que governa de 15/03/1971 a 15/03/1975; b) Irapuan Costa Júnior, de 15/03/1975 a 15/03/1979; e c) Ary Ribeiro Valadão, de 15/03/1979 a 15/03/1983.

Nas duas primeiras Legislaturas do período (6ª e 7ª), a Arena detém uma maioria de aproximadamente 65% dos deputados da

Assembleia. A partir da eleição de 1974, observa-se o crescimento da legenda do MDB. Na 8ª Legislatura, a Arena detém 59,5% dos deputados e, na 9ª, uma maioria de 55,3%, havendo uma clara redução do número de parlamentares eleitos por esse partido.

Em 13 de maio de 1967, na 6ª Legislatura, a Assembleia Legislativa de Goiás, novamente com poderes constituintes, promulga a Constituição de 1967, elaborada sob a inspiração da nova ordem implantada no País pela Revolução de 1964. As principais alterações da nova Constituição se dão no processo legislativo: a) há a implantação do chamado “decorso de prazo”. Conforme o artigo 20, o Governo poderia enviar à Assembleia Legislativa projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se solicitados, deveriam ser apreciados no prazo de 45 dias, a contar do seu recebimento na casa. E fixava, em seguida, que, “esgotado o prazo, sem deliberação, serão os projetos considerados como aprovados” (Art. 20º, n 1º); b) transfere ao Executivo a competência exclusiva da iniciativa de leis que “disponham sobre matéria financeira”, que “fixem ou modifiquem o efetivo da polícia militar” e que “criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública” (Art. 23º).

Em 22 de fevereiro de 1969, pelo Ato Complementar n. 49, o Presidente da República determina um recesso na Assembleia

Legislativa, que permanece fechada até 15 de julho de 1970, quando retoma os trabalhos legislativos. Em 1969, com base no Ato Institucional n. 5, foram cassados os mandatos dos seguintes deputados: a) Eurico Barbosa dos Santos, em 14/03/1969; b) Olímpio Jayme, em 14/03/1969; c) Heli Mesquita, suplente de deputado, em 14/03/1969; d) Francisco Maranhão Japiassu, em 30/04/1969; e) Bianor Ferreira Lima, suplente de deputado, em 30/04/1969; e e) Manoel da Silva Brandão, em julho. O AI-5, diferentemente do AI-1, vedava a convocação de suplente em substituição ao cassado.

Presidentes: 1967-1983

✦ *Sidney Ferreira*

Presidente: 02/02/1967 a 18/03/1968, 6ª Legislatura

Formação: 2º Grau

Profissão: contador e oficial de Cartório de Registro de Imóveis

Nascimento: 28 de outubro de 1909

Falecimento: 24 de fevereiro de 1992

Atuação política e parlamentar: Vereador eleito para a Câmara Municipal de Jataí por três mandatos (1950-1954, 1954-1958,

1958-1962); Deputado estadual, 5ª Legislatura (1963-1967), 6ª Legislatura (1967-1971).

✦ *Elcival Ramos Caiado*

Presidente: 18/03/1968 a 16/07/1970, 6ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e fazendeiro

Nascimento: 10 de abril de 1923

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 5ª Legislatura (1963-1967), 6ª Legislatura (1967-1971), 7ª Legislatura (1971-1975); Deputado federal (1975-1979).

✦ *Brasílio Ramos Caiado*

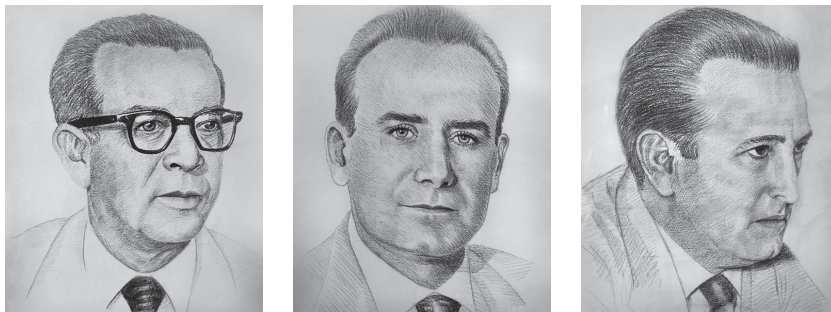
Presidente: 17/01/1970 a 31/01/1971, 6ª Legislatura

Formação: Medicina

Profissão: médico e fazendeiro

Nascimento: 8 de agosto de 1929

Atuação política e parlamentar: Prefeito Municipal de Goiás (1961-1966); Deputado estadual, 6ª Legislatura (1967-1971); líder do governo (1967-1969); Deputado federal (1971-1975, 1979-1983, 1983-1987); Secretário de Estado do Interior e Justiça, Goiás (1979-1981).



Presidentes: Sidney Ferreira, Elcival Ramos Caiado e Brasília Ramos Caiado.

✂ *Jesus Meirelles*

Presidente: 20/02/1971 a 31/03/1973, 7ª Legislatura

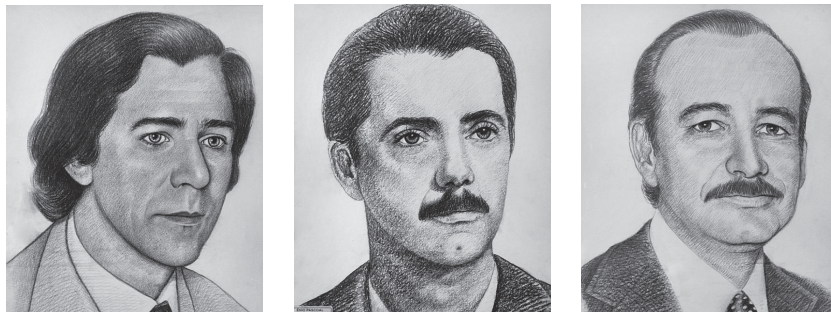
01/02/1975 a 01/03/1977, 8ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e pecuarista

Nascimento: 25 de agosto de 1930

Atuação política e parlamentar: Vereador eleito para a Câmara Municipal de Luziânia por três mandatos (1958, 1960, 1964); Deputado estadual, 6ª Legislatura (1967-1971), 7ª Legislatura (1971-1975), 8ª Legislatura (1975-1979); Conselheiro e ex-presidente do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), tomou posse na instalação do TCM.



Presidentes: Jesus Meirelles, Ênio Paschoal e Ibsen Henrique de Castro.

✦ *Ênio Paschoal*

Presidente: 31/03/1973 a 31/01/1974, 7ª Legislatura

01/02/1979 a 01/03/1981, 9ª Legislatura

Formação: Odontologia, Direito

Profissão: cirurgião dentista e funcionário público estadual

Nascimento: 19 de fevereiro de 1934

Atuação política e parlamentar: Vereador eleito para a Câmara Municipal de Catalão (1963-1967, 1967-1970); Deputado estadual, 7ª Legislatura (1971-1975), 8ª Legislatura (1975-1979); licenciou-se em março de 1975 para assumir a Secretaria de Estado; 9ª Legislatura (1979-1983); Secretário de Estado da Administração, no Governo Irapuan Costa Jr. (1975); Secretário

de Estado do Interior e Justiça, também no Governo Irapuan Costa Jr. (1976).

✦ *Ibsen Henrique de Castro*

Presidente: 12/03/1977 a 31/01/1979, 8ª Legislatura

Formação: Ciências Econômicas

Profissão: funcionário público estadual e economista

Nascimento: 17 de janeiro de 1938

Atuação política e parlamentar: Secretário de Estado da Fazenda, no Governo Leonino Caiado (1971-1974); Deputado estadual, 8ª Legislatura (1975-1979), 9ª Legislatura (1979-1983), 13ª Legislatura (1995-1999); Superintendente do Consórcio de Empresas de Radiodifusão Notícias do Estado (Cerne) (1971); Secretário de Estado no Governo Ary Valadão (1979-1983); Deputado federal (1983-1987).

✦ *Turmim Azevedo*

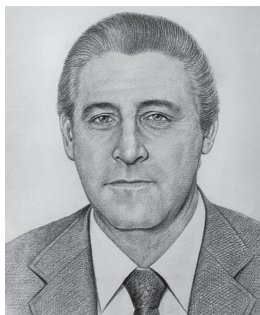
Presidente: 01/03/1881 a 31/01/1983, 9ª Legislatura

Formação: 1º Grau

Profissão: Agropecuarista

Nascimento: 29 de janeiro de 1933

Atuação política e parlamentar: Vereador eleito para a Câmara Municipal de Santa Helena; Prefeito Municipal de Santa Helena de Goiás (1967-1971, 1973-1977); Deputado estadual, 9ª Legislatura, suplente (1979-1983), assumiu o cargo em 16/03/1979, 10ª Legislatura (1983-1987).



Presidente: Turmim Azevedo

Transição e redemocratização: Quinta República

Da 10ª à 13ª Legislatura: 1983-1999

O desgaste do Regime Militar acentua-se com a recessão econômica do início dos anos 1980 e com o crescimento dos

movimentos sociais. É no Parlamento que mais se percebe o crescimento eleitoral da oposição ao regime, desde a eleição de 1974.

Em 1982, os governadores estaduais, que desde 1965 eram eleitos indiretamente pelas Assembleias Legislativas, passam a ser eleitos de forma direta. Em Goiás, na eleição de outubro de 1982, o PMDB elege governador estadual Iris Rezende Machado, com a maior bancada na Assembleia Legislativa, também a maioria dos deputados federais. A partir de então, o PMDB estabeleceu sua hegemonia sobre a política estadual, elegendo os sucessivos governadores e tendo maioria na bancada federal e na estadual. Em 1986, elegeu Henrique Santillo, que governou de 1987 a 1991; em 1990, Iris Rezende Machado foi novamente eleito; e em 1994 foi eleito Maguito Vilela, que governou de 1995 a 1999.

Nessas quatro Legislaturas pós-redemocratização, são eleitos 163 deputados. O padrão de composição da Assembleia goiana apresenta alguma diferenciação em relação às anteriores no processo de reeleição. Um crescente número de partidos políticos passa a ter representação na Assembleia. Na 10ª Legislatura, apenas 10 deputados reelegem-se, três quartos da bancada renovam-se; na 11ª Legislatura, é maior a reeleição. Nas duas últimas Legislaturas, 12ª e 13ª, a Assembleia renova-se quase totalmente; a reeleição ocorreu em reduzido número.

A partir da 11ª Legislatura, a mulher volta a ter assento no Legislativo goiano, com a eleição de Cleuzita Antônia Resende de Assis (PFL) e Maria da Conceição Gayer (PDC). Para a 12ª, são eleitas as deputadas Denise Aparecida Carvalho (PC do B) e Vanda Lúcia Dias de Melo (PRN), sendo que a suplente de deputada Cleuzita Antônia R. de Assis efetivou-se no decorrer da Legislatura. A maior bancada feminina eleita na história da Assembleia está na 13ª Legislatura, quando cinco mulheres integram o Legislativo goiano: Denise Aparecida Carvalho (PC do B), Dária Alves Rodrigues (PMDB), Mara Merly de Pina Naves (PMDB), Nelci Silva Spadoni (PSDB) e Onaide Silva Santillo (PFL).

Em 1989 e 1980, a reforma partidária divide a oposição: o bipartidarismo dá lugar ao multipartidarismo. Nas quatro Legislaturas desse período, 15 partidos têm assento na Assembleia. A 10ª Legislatura, que teve início com apenas dois partidos – PMDB e PDS –, termina com a representação de mais dois – PFL e PDC. Na 11ª Legislatura, além desses partidos, o PT se faz presente com dois deputados. Na 12ª Legislatura, novos partidos (PL, PC do B, PSDB, PDT, PRN e PSD) passam a integrar a composição do Legislativo goiano; dez partidos ganham representação no Legislativo goiano. E, na 13ª Legislatura, também é maior o número de legendas no Parlamento estadual;

PP, PPR, PPB e PTB surgem como partidos novos, alguns como resultado de fusões partidárias.

Depois da promulgação da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e em cumprimento ao Art. 11º das Disposições Transitórias, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás assume as funções constituintes. Em 22 de novembro de 1988, é solenemente instalada a Constituinte Estadual. A partir daí, até 5 de outubro de 1989, quando é promulgada a Constituição, todo o Legislativo se ocupa desse importante mister.

Da 14ª à 18ª Legislatura: 1999-2018

Um novo momento se apresenta com a vitória de Marconi Perillo (PSDB/PPB/PFL) para governador de Goiás. O PMDB, que desde 1983 administrava o Estado, perde as eleições realizadas em 4/10/1998, mesmo tendo Iris Rezende como candidato. As eleições, contudo, dão maioria ao PMDB na Assembleia Legislativa, com 15 deputados, seguido pelo PSDB com 6 e pelo PL e PSD, ambos com 4 deputados. No início da 14ª Legislatura, em fevereiro de 1999, o quadro partidário definido nas eleições é alterado: a base do governo compõe a maior bancada, com a adesão de 5 deputados do PMDB para o PSDB, com a participação do PTB, PPB

e PPS, além de outras mudanças partidárias. Merece ser destacada a renovação ocorrida nessa Legislatura, pois apenas 11 deputados se reelegem (26,8%), com uma renovação de 30 deputados (73,2%). A bancada feminina cresce, 6 deputadas são eleitas, sendo também grande sua renovação, com apenas duas reeleitas.

Ainda em 1999 foi votada pela Assembleia Legislativa a Lei n. 13.550, de 11 de novembro de 1999, que modifica profundamente a organização administrativa do Poder Executivo do Estado. Essa lei extingue diversas Secretarias de Estado, algumas autarquias e fundações. A principal inovação está na criação das Agências Goianas: de Administração e Negócios Públicos; de Comunicação; de Desenvolvimento Regional; de Desenvolvimento Rural e Fundiário; de Meio Ambiente; de Regulação; de Controle de Fiscalização de Serviços Públicos; de Transportes e Obras; do Sistema Prisional; de Turismo; de Desenvolvimento Industrial e Mineral; de Esporte e Lazer; e de Defesa Agropecuária. Essas autarquias absorvem as atribuições de secretarias e de outros órgãos públicos extintos, numa tentativa de descentralizar mais efetivamente a administração pública estadual, a exemplo de providências do governo federal.

A eleição de 2002, que vai compor a 15ª Legislatura, apresenta a continuidade da confrontação das forças políticas estaduais:

entre a base de sustentação do governo (PSDB/PP/PFL) e o PMDB na oposição. Em 6/10/2002, Marconi Perillo é reeleito governador com a base aliada, elegendo 19 parlamentares (46,8%), o PSDB compõe a maior bancada, com 13 deputados eleitos. É significativa a renovação no Parlamento estadual – 24 novos deputados (51,2%), com 14 legendas inicialmente representadas. A bancada feminina, com 8 deputadas eleitas, é maior que a das demais Legislaturas; considerando as 3 suplentes que assumem, 11 mulheres compõem essa Legislatura, representando mais de um quarto (26,8%) da composição da Assembleia Legislativa de Goiás.

A eleição de 2006 vai compor a 16ª Legislatura. Duas legendas (PSDB e PMDB) elegem o mesmo número de deputados – 10 cada uma –, ou seja, quase a metade da composição da Assembleia (48,8%), outras nove legendas elegem a outra metade. Nessa Legislatura, é maior o número de deputados reeleitos, são 24 (58,5%), com 17 novos deputados (41,5%). A continuidade da base “Tempo Novo” ocorre com a eleição de Alcides Rodrigues (PP/PSDB) para o Governo Estadual, quando o situacionismo continua tendo a maioria de deputados no Parlamento goiano. O número de mulheres eleitas deputadas é menor que a da última Legislatura; são eleitas 6 deputadas, representando apenas 14,6% da composição do Legislativo estadual. Destaque-se a ruptura no situacionismo

estadual: o PSDB, liderado pelo senador Marconi Perillo, rompe com o até então aliado Alcides Rodrigues, Governador do Estado.

Em outubro de 2010, inicia-se a 17ª Legislatura (2011-2014). Marconi Perillo elege-se Governador de Goiás quando deixa o mandato de Senador da República para assumir pela terceira vez a administração estadual. Na Alego, 15 legendas têm representação, PSDB e PMDB mantiveram a rivalidade, elegendo 8 deputados (19,51%) cada, embora o situacionismo tenha maioria. É evidente a fragmentação partidária com 7 partidos – PMN, PP, PPS, PRTB, PRB, PT do B e PSC – elegendo apenas um deputado cada um; duas elegem dois deputados – PTN e DEM; PR e PDT elegem três deputados cada uma; e duas legendas – PTB e PT – elegem quatro deputados cada uma. Vale destacar que, nessa Legislatura, é menor ainda a bancada feminina, apenas duas deputadas eleitas. As bancadas vão ser alteradas com a criação do PSD e com a proximidade das eleições municipais de 2012; assim, seis deputados migram para a nova legenda. Com essa alteração, três legendas – PMN, PT do B e PRTB – deixam de ter representação e uma – PC do B – passa a ser representada.

A 18ª Legislatura, eleita em outubro de 2014, mantém-se com a liderança estadual do PSDB, que, além de reeleger o Governador Marconi Perillo para um novo mandato, conta com a maior bancada na Alego, elegendo 11 deputados (26,83%). O PMDB, principal

partido político da oposição, elege 6 deputados (14,63%). Nesse período, vale ressaltar a fragmentação partidária ocorrida, já que 16 legendas são representadas na Alego; a Legislatura é marcada por pequenas bancadas: 8 legendas – PRTB, PMN, PC do B, PHS, PRP, PSC, PROS, PPS – elegem apenas um deputado; duas legendas – PSD e PSL – elegem dois deputados, cada uma; e quatro legendas – PR, PT, PSB e PTB – elegem três deputados. Também a bancada feminina não é grande, apenas três mulheres são eleitas.

Presidentes: 1983-2018

✎ *Juarez Magalhães de Almeida*

Presidente: 01/02/1983 a 28/02/1985, 10^a Legislatura

Formação: Técnico em Agrimensura

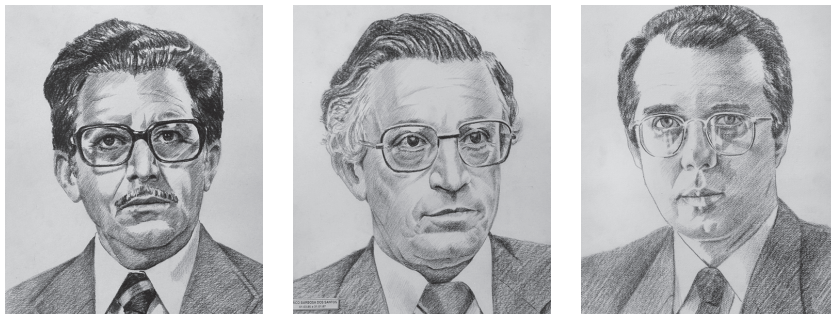
Profissão: agrimensor, pecuarista e professor

Nascimento: 16 de outubro de 1930

Falecimento: 03 de setembro de 2015

Atuação política e parlamentar: Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas, Goiânia, administração Iris Rezende Machado (1967-1969); Deputado estadual, 7^a Legislatura (1971-1975), 8^a Legislatura (1975-1979), 9^a Legislatura (1979-1983), 10^a

Legislatura (1983-1987); Chefe do Gabinete Civil do Governo do Estado de Goiás (1986); Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios (1987).



Presidentes: Juares Magalhães de Almeida, Eurico Barbosa dos Santos e Frederico Jayme.

✦ *Eurico Barbosa dos Santos*

Presidente: 01/03/1985 a 31/01/1987, 10^a Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e jornalista

Nascimento: 03 de março de 1933

Atuação política e parlamentar: Vereador eleito para a Câmara Municipal de Morrinhos (1959-1963); Deputado estadual, 5^a Legislatura (1963-1967); 6^a Legislatura (1967-1971), quando teve

o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por 10 anos, por ato do Presidente da República, em 13 de março de 1969; 10^a Legislatura (1983-1987); 11^a Legislatura (1987-1991); nessa Legislatura, renunciou ao mandato em 28 de março de 1990 para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE); Presidente do Tribunal de Contas do Estado (1999).

✦ *Frederico Jayme*

Presidente: 01/02/1987 a 14/02/1989, 11^a Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado

Nascimento: 27 de setembro de 1948

Atuação política e parlamentar: Diretor da Fundação Educacional e Cultural de Anápolis (1971); Secretário para Assuntos Políticos, na Prefeitura Municipal de Anápolis, durante a administração de José Batista Júnior (1973); Deputado estadual, 9^a Legislatura (1979-1983), 10^a Legislatura (1983-1987), 11^a Legislatura (1987-1991); renunciou ao mandato em 30/03/1989 para assumir um cargo no Tribunal de Contas; Secretário de Estado da Segurança Pública, no governo Iris Rezende (1985); Presidente do TCE (1992 e 1996).

✦ *Milton Alves*

Presidente: 15/02/1989 a 08/05/1990, 11ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e jornalista

Nascimento: 29 de maio de 1945

Atuação política e parlamentar: Vereador eleito para a Câmara Municipal de Anápolis (1970-1972); Secretário para Assuntos Legislativos da Prefeitura Municipal de Anápolis (1973); Vice-Prefeito de Anápolis (1973-1976); Vereador da Câmara Municipal de Anápolis (1976-1978); Deputado estadual, 9ª Legislatura (1979-1983), 10ª Legislatura (1983-1987), 11ª Legislatura (1987-1991); renunciou ao mandato em 08/05/1990 para assumir um cargo no Tribunal de Contas do Estado; Presidente do Tribunal de Contas do Estado (1993, 1997, 2000).

✦ *José Edmar Brito Miranda*

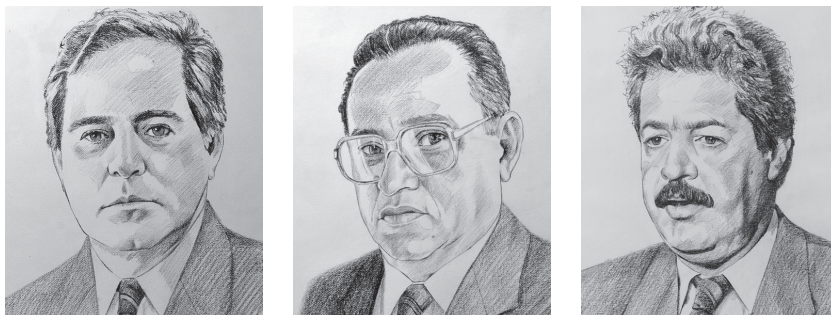
Presidente: 08/05/1990 a 31/01/1991, 11ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado

Nascimento: 03 de janeiro de 1934

Atuação política e parlamentar: Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás (Idago); Deputado estadual, 5ª Legislatura (1963-1967), 6ª Legislatura (1967-1971), 10ª Legislatura (1983-1987), 11ª Legislatura (1987-1991); Secretário de Governo do Estado do Tocantins, no Governo Siqueira Campos (1999); Secretário de Estado da Infraestrutura do Estado do Tocantins, também no Governo Siqueira Campos (2000-2002).



Presidentes: Milton Alves, José Edmar Brito Miranda e Rubens Cosac.

✦ *Rubens Cosac*

Presidente: 01/02/1991 a 31/01/1993, 12ª Legislatura

Formação: Medicina

Profissão: médico

Nascimento: 04 de março de 1946

Falecimento: 18 de março de 2017

Atuação política e parlamentar: Superintendente Estadual da LBA, em Goiânia (1985-1986); Deputado estadual, 11ª Legislatura (1987-1991), 12ª Legislatura (1991-1995); Deputado federal (1995-1999).

✎ *Agenor Rezende*

Presidente: 01/02/1993 a 02/04/1994, 12ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: contabilista, advogado e agropecuarista

Nascimento: 23 de agosto de 1944

Atuação política e parlamentar: Vereador da Câmara Municipal de Mineiros (1982-1986); Presidente da Câmara Municipal de Mineiros; Secretário Municipal de Administração, em Mineiros (1983); Deputado estadual, 11ª Legislatura (1987-1991), suplente, assumiu o cargo em 06/03/1987, 12ª Legislatura (1991-1994); como Presidente da Assembleia assumiu a chefia do Executivo estadual, quando da renúncia do governador Iris Rezende Machado para candidatar-se ao Senado da República, exercendo o cargo no período

de 02 de abril a 31 de dezembro de 1994; Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás a partir de 1998.

✦ *Nerivaldo Costa*

Presidente: 02/04/1994 a 31/01/1995, 12ª Legislatura

Formação: Ensino Médio

Profissão: contador e fazendeiro

Nascimento: 18 de maio de 1943

Falecimento: 20 de outubro de 2010

Atuação política e parlamentar: Secretário da Administração, na Prefeitura Municipal de Quirinópolis; Prefeito Municipal de Quirinópolis (1973-1977); Deputado estadual, 11ª Legislatura (1987-1990), 12ª Legislatura (1991-1994); Assessor Parlamentar no Governo Marconi Perillo (1999-2002); Diretor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Goiás (Iпасgo).

✦ *José Luiz Bittencourt*

Presidente: 01/02/1995 a 31/01/1997, 13ª Legislatura

Formação: Engenharia

Profissão: engenheiro civil

Nascimento: 20 de junho de 1956

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 12^a Legislatura (1991-1994), suplente, tomou posse em 13/01/1993, permanecendo no cargo até 31/12/1994, 13^a Legislatura (1995-1998); Candidato a Prefeito de Goiânia em 1992 e 1996, não foi eleito; Deputado federal (1999-2002, 2003-2006, 2007-2010).



Presidentes: Agenor Rezende, Nerivaldo Costa e José Luiz Bittencourt.

✦ Helenês Cândido

Presidente: 01/02/1997 a 24/11/1998, 13^a Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e professor

Nascimento: 05 de janeiro de 1935

Atuação política e parlamentar: Prefeito Municipal de Morrinhos (1973-1977); Deputado estadual, 9ª Legislatura (1979-1982), 12ª Legislatura (1991-1994), suplente, tomou posse em 04/04/94, efetivando-se até o final da Legislatura, 13ª Legislatura (1995-1998); Presidente da Associação Goiana dos Municípios (1974-1975); desempenhou também funções de comando nos seguintes órgãos do governo estadual: Iquego, Crisa, Osego, Dergo e Suteg, além de ter sido Secretário de Obras de Morrinhos.



Presidentes: Helenês Cândido, Paulo Rodrigues de Freitas e Sebastião Tejota.

✦ *Paulo Rodrigues de Freitas*

Presidente: 25/11/1998 a 31/01/1999, 13ª Legislatura

Formação: Medicina

Profissão: médico e agropecuarista

Nascimento: 16 de julho de 1950

Atuação política e parlamentar: Vereador eleito para a Câmara Municipal de Cachoeira Alta (1982-1988); Presidente da Câmara Municipal de Cachoeira Alta (1984-1985); Prefeito Municipal de Cachoeira Alta (1989-1992); Assessor da Governadoria do Estado (1993-1994); Deputado estadual, 13ª Legislatura (1995-1999), 14ª Legislatura (1999-2002), renunciou ao mandato em 31/10/2001 para assumir um cargo no Tribunal de Contas.

✦ *Sebastião Tejota*

Presidente: 01/02/1999 a 31/01/2001, 14ª Legislatura

01/02/2001 a 07/01/2003, 14ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado

Nascimento: 1º de janeiro de 1960

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 12ª Legislatura (1991-1995), suplente, assumiu o cargo em 13/04/1994, 13ª Legislatura (1995-1998), 14ª Legislatura (1999-2002); Diretor Geral da Câmara dos Vereadores de Goiânia (1985-1988); Assessor Especial da Prefeitura Municipal de Goiânia, na administração de

Nion Albernaz (1989-1992). Assumiu, após seu último mandato, o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

✦ *Abdul Sebba*

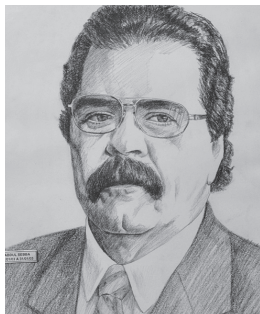
Presidente: 07/01/2003 a 31/01/2003, 14ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: delegado de polícia

Nascimento: 02 de dezembro de 1934

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 13ª Legislatura (1995-1998), 14ª Legislatura (1999-2002).



Presidentes: Abdul Sebba, Célio Silveira e Jardel Sebba.

✦ *Célio Silveira*

Presidente: 01/02/2003 a 17/11/2004, 15ª Legislatura

Formação: Medicina e Direito

Profissão: médico

Nascimento: 19 de setembro de 1959

Atuação política e parlamentar: Vice-Prefeito de Luziânia (1996-2001); Deputado estadual, 14ª Legislatura (1999-2003), em 28/07/2000 licenciou-se para assumir Secretaria de Estado, exonerando-se em 01/10/2000, para retornar às atividades parlamentares; Secretário Extraordinário, no Governo Marconi Perillo (2000).

✦ *Jardel Sebba*

Presidente: 17/11/2004 a 31/01/2005, 15ª Legislatura

01/02/2007 a 31/01/2008, 16ª Legislatura

01/02/2011 a 30/12/2012, 17ª Legislatura

Formação: Medicina

Profissão: médico

Nascimento: 04/02/1949

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 14^a Legislatura (1999-2002), 15^a Legislatura (2003-2006), 16^a Legislatura (2007-2010), 17^a Legislatura (2011-2014); Secretário Municipal de Agricultura de Catalão; Prefeito de Catalão (2013-2016).

✦ *Samuel de Almeida*

Presidente: 01/02/2005 a 31/01/2007, 15^a Legislatura

Formação: Teologia e Direito

Profissão: advogado

Data de Nascimento: 22 de outubro de 1972

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 14^a Legislatura (1999-2002), 15^a Legislatura (2003-2006), 16^a Legislatura (2007-2010); Secretário Municipal de Governo na gestão do prefeito Iris Rezende (2017-).

✦ *Helder Valin*

Presidente: 01/02/2009 a 31/01/2011, 16^a Legislatura

01/02/2013 a 05/09/2014, 17^a Legislatura

Formação: Matemática

Profissão: empresário

Nascimento: 04 de agosto de 1958

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 14^a Legislatura (1999-2002), 15^a Legislatura (2003-2006), 16^a Legislatura (2007-2010), 17^a Legislatura (2011-2014); em setembro de 2014 renunciou ao mandato para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; Vereador (1993-1996, 1997-2000); Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Goiânia (1997-1998); Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e da Comissão de Serviços e Obras Públicas (2003-2004).



Presidentes: Samuel de Almeida, Helder Valin e Fábio de Sousa.

✦ *Fábio de Sousa*

Presidente: 30/12/2012 a 31/01/2013, 17^a Legislatura

Formação: Bacharel em Gestão Pública e Teologia

Profissão: pastor

Nascimento: 11 de setembro de 1982

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 16ª Legislatura (2007-2011), 17ª Legislatura (2011-2015); Deputado federal (2014); Vereador (2005-2008).



Presidentes: Hélio de Souza e José A. Vitti

✎ *Hélio de Souza*

Presidente: 05/09/2014 a 31/01/2015, 17ª Legislatura

01/02/2015 a 31/01/2017, 18ª Legislatura

Formação: Medicina

Profissão: médico

Data de nascimento: 29 de julho de 1947

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 13ª Legislatura (1995-1999), 15ª Legislatura (2003- 2007), 16ª Legislatura (2007-2011), 17ª Legislatura (2011-2015), 18ª Legislatura (2015-2019); Prefeito de Goianésia (1997-2000).

✎ *José A. Vitti*

Presidente: 01/02/2017 a ..., 18ª Legislatura

Formação: Direito

Profissão: advogado e empresário do ramo de mineração

Nascimento: 26 de novembro de 1976

Atuação política e parlamentar: Deputado estadual, 17ª Legislatura (2011-2015), 18ª Legislatura (2015-2019).

capítulo 03



As mulheres na Assembleia Legislativa de Goiás

Denise Paiva

Ao longo do século XX, pudemos assistir a uma contínua ampliação da presença das mulheres em diferentes setores da vida social. Esse processo protagonizado pelo movimento feminista teve como resultado mudanças culturais, políticas, o surgimento de novos arranjos familiares e domésticos que impactaram a vida privada e transformaram os padrões sociais e familiares. Também como decorrência desse processo, assistimos a uma sucessiva ampliação da participação das mulheres tanto no mercado de trabalho como na vida política. Por conseguinte, as mulheres adquiriram visibilidade e foram, paulatinamente, se libertando da vida reclusa ao espaço doméstico e familiar (Avelar, 2002; Alves e Cavenaghi, 2010; Paiva, Henrique e Silva, 2013).

Todavia, a presença das mulheres no cenário político é escassa quando se trata de representação política. Dessa forma, ainda estão afastadas ou têm uma participação pequena nos processos decisórios e de poder, na arena governamental e parlamentar, em suma, nos dois espaços de exercício do poder (Lovenduski e Norris, 1993; Avelar, 2002; Alves e Cavenaghi, 2008, 2010; Paiva, Henrique e Silva, 2013). As mulheres são sub-representadas na arena política em escala global, conforme demonstram os dados da organização internacional Interparliamentary Union (IPU).¹

1 A IPU é uma organização, criada em 1889, financiada com recursos públicos, que tem como objetivo fortalecer a democracia e fomentar o diálogo parlamentar e a cooperação

A efetiva inserção das mulheres na política institucional brasileira é relativamente recente; em termos históricos data de 1932 (Decreto n. 21.076, 1932), embora, primeiramente com a “autorização” do marido. Dois anos mais tarde, a Constituição de 1934 contou com a participação de duas mulheres na elaboração do anteprojeto: a deputada Carlota Pereira de Queiroz – primeira e única deputada federal eleita em 1932 – e Bertha Lutz, nomeada pelo então presidente Getúlio Vargas (Backes, 2011). É importante mencionar que nosso país adotou uma posição de vanguarda no que tange à participação política. As brasileiras conquistaram esse direito bem antes que algumas democracias bem mais longevas como França (1944), Bélgica (1948) e Suíça (1971).²

No Brasil, as mulheres perfazem pouco mais da metade da população (51%) e do eleitorado (52%), bem como um grande contingente do mercado de trabalho (43,5%).³ Não obstante esse peso significativo em termos demográficos e no mercado de

entre os países. Em sua *homepage* é possível encontrar informações e base de dados sobre os parlamentos de 186 países nos quais existe uma Legislatura nacional. O endereço da IPU na internet é: <<http://www.ipu.org/english/home.htm>>.

2 Dados disponíveis em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm>>.

3 Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

trabalho, a evolução da participação das mulheres nos espaços de poder ainda permanece em patamares muito baixos, ainda que venha apresentando um crescimento contínuo, que tem sido lento. Assim, a proporção de mulheres nas casas legislativas de todo o país – nos âmbitos municipal, estadual de federal – é pequena. As parlamentares ocupam, atualmente, 13,5% das cadeiras nas Câmaras Municipais, 11,3% nas Assembleias Legislativas estaduais, 10% e 16% respectivamente na Câmara de Deputados e Senado Federal. Essa proporção ainda é muito baixa quando comparada com nossos vizinhos da América Latina ou mesmo com países como Arábia Saudita, que ainda praticam a segregação de mulheres em locais públicos.⁴

A legislação eleitoral brasileira prevê cotas partidárias para as mulheres desde 1997 (Lei n. 9.504/1997); todavia, a aprovação dessa medida não tem resultado em aumento considerável de parlamentares eleitas, ou seja, não tem se revelado instrumento eficiente como tem ocorrido em outros países (Araújo, 2001; Alves e Araújo, 2009). No Brasil, as cotas têm funcionado apenas como

4 Dados disponíveis em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/11/Porque-h%C3%A1-tantas-candidaturas-fantasma-de-mulheres>>. Acesso em: 20 de setembro de 2016. Ainda sobre a evolução da participação das mulheres na política brasileira nos espaços de poder, ver: Avelar (2001, 2002); Paiva, Henrique e Silva (2013).

um indicativo do percentual mínimo de 30% de candidaturas de cada sexo;⁵ portanto, os partidos são instados a indicar um percentual mínimo de candidaturas de mulheres. Contudo, não há quaisquer instrumentos para incentivar ou criar condições mais efetivas e equânimes de competitividade para as candidatas mulheres. O corolário dessa situação é que as mulheres continuam sub-representadas na arena eleitoral e parlamentar.

Se no cenário nacional a presença das mulheres na política, com sua proporção no Poder Legislativo é baixa, como será esse panorama na Assembleia Legislativa de Goiás? Esse é o tema da próxima sessão.

E em Goiás?

Em nosso estado três mulheres foram as precursoras da representação feminina no legislativo estadual, todas a partir dos anos cinquenta. A primeira delas foi Berenice Artiaga, eleita em 1950 (2ª Legislatura, 1951-1955) pelo PSD e reeleita em 1954 (3ª

5 Determina a Lei n. 12.034/2009: “Do número de vagas resultante [...] cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo (§3º, art. 10, Lei 9.504/1997, nova redação dada pela Lei nº 12.034 de 29-9-2009)”.

Legislatura, 1955-1959). Almerinda Arantes – uma das primeiras mulheres a obter título eleitoral no estado – logrou se eleger por três mandatos consecutivos entre 1954 e 1962 (3ª Legislatura, 1955-1959; 4ª Legislatura, 1959-1963 e 5ª Legislatura, 1963-1967), todos pelo PTB, feito que poucas deputadas conseguiu até os dias de hoje. A terceira, Ana Braga, eleita em 1958 pelo PSD (4ª Legislatura, 1959-1963). É importante mencionar que a ex-deputada já havia cumprido mandato como vereadora na Câmara Municipal de Goiânia. Braga é a única, dentre as deputadas já mencionadas, que não contou com familiares atuantes no cenário político. O pai de Almerinda Arantes foi deputado estadual, o pai e o marido de Berenice Artiaga desempenharam as funções de deputado estadual e vice-governador respectivamente (CAMPOS, 2002).

Após a eleição dessas três parlamentares, entre a década de 1940 e o início dos anos 1960, parecia que as mulheres haviam começado de fato a ocupar espaço na política goiana. Todavia, a partir dos anos 1960, especificamente das eleições de 1966 (na 6ª Legislatura, 1967-1971), observou-se um período de duas décadas de total ausência de mulheres no legislativo estadual, situação que permaneceu inalterada durante todo o regime autoritário. Somente em 1986 (na 11ª Legislatura, 1987-1991), as mulheres voltaram à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego); coincidentemente, ou não,

os ventos da redemocratização dos anos 1980 também devem ter contribuído para esse retorno. A tendência de crescimento da participação das mulheres no Poder Legislativo, após a redemocratização, ocorreu em todo o país, não só em Goiás, conforme demonstramos em outro estudo (Paiva, Henrique e Silva, 2013).

Tabela 1 - Parlamentares Eleitas para a Assembleia Legislativa de Goiás (1982–2014)

Eleição	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Total de eleitas	0	2	3	6	7	9	8	4	4
% de eleitas	0	4.88	7.32	14.63	17.07	21.95	19.51	9.76	9.76

Fonte: TRE-GO e Assembleia Legislativa de Goiás.

Não obstante a evolução mencionada no parágrafo acima, na Alego, como no restante do país, o fenômeno da sub-representação feminina continua um traço distintivo do nosso cenário político. Desde que as mulheres conquistaram o direito de votar e serem votadas, somente trinta conquistaram uma cadeira na Alego, muitas delas se elegendo para mais de uma Legislatura. Como pode ser constatado na Tabela 1, desde a redemocratização (1982 a 2014), a presença das mulheres no parlamento estadual goiano chegou a

20% em apenas uma ocasião, permanecendo em patamares bastante baixos. Observou-se uma trajetória ascendente na representação feminina até 2006, que retrocedeu em 2010 e 2014. Esse quadro geral é coerente com a tendência observada em âmbito nacional. Outro ponto em comum entre Goiás e os demais estados da federação é que nos anos mais recentes o número de candidatas ao Legislativo estadual tem se ampliado, embora isso não tenha resultado em aumento no número de eleitas, também à semelhança do que tem ocorrido nacionalmente (Paiva *et al.*, 2011).

Na totalidade, desde a primeira eleição de uma deputada até hoje, a galeria completa de mulheres presentes no legislativo estadual goiano chega a apenas três dezenas. Elas são mostradas a seguir em ordem alfabética e não na ordem cronológica, a mais comum.

Quem são as deputadas goianas?

✦ *Adalberto da Rocha dos Santos Pereira Neto (Betinha Tejota)*

Natural de Crixás (GO), é formada em Administração de Empresas pela PUC Goiás. Em 2006 foi eleita pelo PSB para a 16ª Legislatura (2007-2010) com 23.260 votos. Foi presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Goiás.



Deputadas: Adalberto da Rocha dos Santos Pereira Neto, Adriana Sauthier Accorsi e Adriete Corradi Fonseca Fayad Elias.

✦ *Adriana Sauthier Accorsi (Adriana Accorsi)*

Natural de Itapuranga (GO), é formada em Direito pela UFG. Em 2014 foi eleita pelo PT para a 18ª Legislatura (2015-2019). É delegada da Polícia Civil do Estado de Goiás tendo atuado em várias cidades do estado e ocupado outros cargos ligados à sua área de atuação: Delegada Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente; Superintendente de Direitos Humanos da Secretaria da Segurança Pública de Goiás (SSPGO); Secretária Municipal de Defesa Social (Goiânia).

✦ *Adriete Corradi Fonseca Fayad Elias (Adriete Elias)*

Natural de Itaúna (MG), foi eleita pelo PMDB para a 16ª Legislatura (2007-2010). Na 17ª Legislatura (2011-2015) assumiu a vaga do titular que se licenciou para ocupar um cargo na Prefeitura Municipal de Goiânia. Antes de ser eleita para a Assembleia Legislativa de Goiás, exerceu o cargo de Secretária Municipal de Promoção e Ação Social na cidade de Catalão (GO).

✦ *Almerinda Magalhães Arantes (Almerinda Arantes)*

Natural de Posse (GO), foi eleita pelo PTB três vezes consecutivas, entre a 3ª e a 5ª Legislatura, atuando no período entre 1955 e 1967. Uma das primeiras mulheres a obter o título eleitoral em Goiás, atuou como diretora em diversas escolas no interior do estado, antes de assumir a política. Enquanto deputada estadual, foi autora de projetos de lei que visavam à garantia de benefícios para professores estaduais. Faleceu em julho de 1996, em Goiânia, aos 90 anos.

✦ *Ana Braga de Queiroz (Ana Braga)*

Natural de Peixe (TO), foi eleita na 4ª Legislatura (1959-1963) pelo PSD. Antes disso, Ana Braga foi a primeira mulher a se eleger

vereadora em Goiânia, tendo sido eleita pela UDN (1947-1951). Foi professora por mais de duas décadas, lecionou no tradicional Colégio Santa Clara em Goiânia e ocupou o cargo de Diretora do Ensino do 1º Grau, na Secretaria Estadual da Educação. É integrante da Academia Goiana Feminina de Letras da qual foi eleita presidente em 2001.



Deputadas: Almerinda Magalhães Arantes, Ana Braga de Queiroz e Berenice Teixeira Artiaga.

✦ *Berenice Teixeira Artiaga (Berenice Artiaga)*

Natural de Santa Cruz (GO), foi a primeira mulher eleita para a Assembleia Legislativa de Goiás na 2ª Legislatura (1951-1955) e reeleita na 3ª Legislatura (1955-1959), pelo PSD. Em ambas as Legislaturas foi integrante da Mesa Diretora. Em 1951,

atuou na “Campanha Nacionalista para a Mudança da Capital”, que defendia a localização da capital do país no planalto central. Foi nomeada por meio de concurso primeira titular do 4º Tabelionato de Notas de Goiânia (criado pela Lei nº 699, de 14 de novembro de 1952). Como reconhecimento por sua participação histórica na política de Goiás, foi instituída a comenda Berenice Artiaga, concedida anualmente pela Assembleia Legislativa à deputada com maior destaque no período. A ex-deputada faleceu em 2012, aos 96 anos.

✦ *Carla Cíntia Santillo (Carla Santillo)*

Natural de Anápolis (GO) e graduada em Odontologia, foi eleita pelo PSDB para a 15ª Legislatura (2003-2007). No primeiro biênio de seu mandato, foi membro da Comissão de Constituição e Justiça, e na segunda parte da Legislatura exerceu o cargo de 2ª vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Desde 2006 é conselheira no Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em 2008, ocupou a posição de corregedora-geral do órgão e, em 2014, foi eleita a primeira mulher presidente do TCE, em 62 anos de história, para o biênio 2015-2016.



Deputadas: Carla Cíntia Santillo, Cilene Maria de Moraes Guimarães e Cleuzita Antônia de Resende Assis.

✦ *Cilene Maria de Moraes Guimarães (Cilene Guimarães)*

Natural de Serranópolis (GO), foi eleita pelo PR para a 16^a Legislatura (2007-2011). Antes de sua eleição para a Assembleia Legislativa de Goiás, foi eleita vereadora na cidade de Jataí (GO) por três mandatos consecutivos, entre 1988 e 1996. Em 1988 integrava os quadros do PMDB, tendo se filiado ao PL em 1992. No período em que atuou como vereadora, foi Presidente da Câmara Municipal de Jataí por duas Legislaturas.

✦ *Cleuzita Antônia de Resende Assis (Cleuzita Assis)*

Natural de Mineiros (GO), foi eleita pelo PFL para a 11^a Legislatura (1987-1991). Na 12^a Legislatura, elegeu-se como suplente do

PFL, assumindo provisoriamente em 1992 e de maneira efetiva em 1993, permanecendo até o fim do mandato em 1995. Foi Superintendente Executiva da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás em 1999 e Superintendente Executiva da Secretaria de Cidadania e Trabalho entre o fim de 1999 e 2002.

✦ *Dária Alves Rodrigues (Dária Rodrigues)*

Natural de Trindade (GO), foi eleita pelo PMDB para a 13ª Legislatura (1995-1999). Durante o exercício do mandato, foi integrante da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Goiás no biênio 1997-1999. Foi líder estudantil e participou de movimentos religiosos e comunitários em Trindade. Foi uma das fundadoras e presidente da Associação Comercial e Industrial de Trindade (Assinvest). Atualmente é editora política da Rádio Trindade FM.

✦ *Denise Aparecida Carvalho (Denise Carvalho)*

Natural de São Paulo (SP), iniciou sua participação política no movimento estudantil quando estudante na Universidade Federal de Goiás. Em 1988 foi eleita vereadora em Goiânia e, em 1991, renunciou ao mandato para assumir o cargo de deputada estadual, tendo sido eleita pelo PC do B em três Legislaturas consecutivas

(12ª a 14ª Legislaturas). Em 1996 foi candidata a vice-prefeita de Goiânia na chapa liderada pelo Partido dos Trabalhadores. No mesmo ano assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia, na gestão do governador Marconi Perillo.



Deputadas: Dária Alves Rodrigues, Denise Aparecida Carvalho e Eliane Pinheiro.

✦ Eliane Pinheiro

Natural de Goiânia (GO), foi eleita pelo PMN para a 18ª Legislatura (2015-2019). Iniciou sua participação na política em 1993 na coordenação da campanha da ex-deputada federal Lydia Quinan (PSDB), e após a eleição assumiu a chefia de gabinete daquela parlamentar. Também atuou como chefe de gabinete do governador Marconi Perillo.

✿ *Flávia Moraes*

Natural de Belo Horizonte (MG), graduada em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia do Estado de Goiás (Eseffego), foi eleita para dois mandatos consecutivos pelo PSDB na 15ª (2003-2007) e 16ª (2007-2011) Legislatura. Em 2009 se filiou ao PDT. Foi eleita para a Câmara de Deputados em 2010 (54ª Legislatura) e 2014 (55ª Legislatura) pelo mesmo partido.



Deputadas: Flávia Moraes, Gracilene Ribeiro Sodré Batista e Lamis Chedraoui Cosac.

✿ *Gracilene Ribeiro Sodré Batista (Gracilene Batista)*

É natural de Uruaçu (GO). Filiada ao PTB, e suplente de deputado estadual, assumiu a vaga do titular no período entre janeiro de

2013 e janeiro de 2014, na 17ª Legislatura (2011-2015). Na cidade de Niquelândia atuou como secretária do Juizado Especial Cível e Criminal por sete anos (1999-2006) e em seguida assumiu o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social na mesma cidade.

✦ *Lamis Chedraoui Cosac (Lamis Cosac)*

Naturalizada brasileira, Lamis Cosac nasceu no Líbano. Foi eleita pelo PMDB para a 14ª Legislatura (1999-2003), mas no mesmo ano se desligou do partido e se filiou ao PSDB. Durante seu mandato integrou a mesa diretora no biênio 2001-2003. Também pelo PMDB, foi eleita vice-prefeita de Ipameri (1989-1992) e na eleição seguinte se elegeu prefeita (1993-1996). A deputada foi presidente da Indústria Química do Estado de Goiás (Iquego) em 1998.

✦ *Laudeni Miguel Dionizio Lemes (Laudeni Lemes)*

Natural de Bela Vista de Goiás (GO), é formada em Gestão Pública pela UEG. Foi eleita para dois mandatos consecutivos na 15ª (2003-2007) e na 16ª (2007-2011) Legislatura. Em seu primeiro mandato foi eleita pelo PP, partido em que permaneceu até 2009 quando se filiou ao PSDB. Na cidade de Senador Canedo, ocupou o cargo de titular em duas secretarias (Saúde e Valorização Humana).



Deputadas: Laudeni Miguel Dionizio Lemes, Lêda Borges de Moura e Lila Maria Spadoni Lemes.

✦ *Lêda Borges de Moura (Lêda Borges)*

Natural de Conquista (MG), é licenciada em Letras, bacharel em Direito e servidora pública federal no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJ/DFT). Foi eleita pelo PSDB para a 18ª Legislatura (2015-2019). No início da Legislatura, em fevereiro de 2015, licenciou-se do cargo de deputada estadual para assumir a Secretaria da Mulher, Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho do Estado de Goiás (Secretaria Cidadã). Foi a primeira mulher eleita para a prefeitura de Valparaíso de Goiás (GO), no período de 2009-2012, onde também exerceu a função de vereadora (2001-2004) e o cargo de Secretária de Educação e de Obras. Foi ainda a primeira mulher a presidir a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR).

✦ *Lila Maria Spadoni Lemes (Lila Spadoni)*

Natural de Rio Verde (GO), é formada em Psicologia pela PUC Goiás. Foi eleita para a 14ª Legislatura (1999-2003), pelo PPB, filiando-se ao PFL logo no início do mandato, em 1999. Foi coordenadora do Centro de Atenção à Saúde Mental entre 1996 e 1998. Atua profissionalmente como professora da UniEvangélica.

✦ *Magda Mofatto Hon (Magda Mofatto)*

Magda Mofatto é natural de Limeira (SP) e empresária ligada aos setores imobiliário e hoteleiro. Foi eleita pelo PMDB para a 15ª Legislatura (2003-2007). Assumiu, como suplente, o mandato de deputada federal pelo PTB na 54ª Legislatura (2011-2014), e foi eleita na 55ª Legislatura (2015-2019) pelo PR. Foi eleita vereadora por três mandatos na cidade de Caldas Novas, além de ter sido prefeita do município (2005-2008).

✦ *Mara Naves*

Natural de Goianésia (GO) e graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis (FADA), exerceu o mandato de deputada estadual por três Legislaturas entre 1995 e 2011 (13ª, 14ª e 15ª

Legislatura), todas pelo PMDB. Ocupou cargos na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Goiás durante o primeiro e terceiro mandatos. Na cidade de Goianésia ocupou o cargo de Secretária Municipal de Promoção Social.



Deputadas: Magda Mofatto Hon, Mara Naves e Maria da Conceição Gayer.

✦ *Maria da Conceição Gayer (Conceição Gayer)*

Natural de Caiapônia (GO), formou-se em Direito pela PUC Goiás e atuou como Delegada de Polícia. Foi eleita pelo PDC para a 11ª Legislatura (1987-1991). Em 1983 foi eleita vereadora no município de Goiânia. Atuou como presidente da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor e como Secretária do Governo para Assuntos Extraordinários. Faleceu em dezembro de 2006, em Goiânia, aos 57 anos.

✿ *Maria Isaura Lemos (Isaura Lemos)*

Natural de Jundiá (SP), é a deputada com maior número de mandatos na Assembleia Legislativa de Goiás, tendo sido eleita pela primeira vez na 14ª Legislatura (1999-2003) e pela quinta vez na 18ª Legislatura (2015-2019). Foi eleita pelo PDT nos quatro primeiros mandatos e pelo PC do B em 2014, partido ao qual retornou em 2011, que ajudou a fundar no estado e a que esteve filiada por vários anos. Participou do movimento de resistência ao regime militar, tendo vivido na clandestinidade. A deputada sempre esteve vinculada a diversos movimentos sociais, dentre eles o Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP) do qual é uma das fundadoras.



Deputadas: Maria Isaura Lemos, Maria Roselene Deusdará Cruvinel e Nelci Silva Spadoni.

✦ *Maria Roselene Deusdará Cruvinel (Rose Cruvinel)*

Nascida em São Raimundo Nonato (PI), Rose Cruvinel foi eleita pelo PSDB para a 14ª Legislatura (1999-2003), tendo recebido um total de 21.815 votos. Compôs a Mesa Diretora em seus dois primeiros anos de mandato. Pelo PMDB, foi vereadora de Goiânia por três mandatos seguidos, entre 1988 e 1999, quando renunciou para assumir a cadeira na Assembleia Legislativa.

✦ *Nelci Silva Spadoni (Nelci Spadoni)*

Natural de Rio Verde (GO), atuou profissionalmente como contadora. Foi eleita pelo PPR para a 13ª Legislatura (1995-1999). Na Assembleia Legislativa, teve atuação junto à bancada dos evangélicos. Entre 1989 e 1992 assumiu a Secretaria da Promoção Social de Rio Verde. Em 1996, também pelo PPR, foi eleita prefeita de Rio Verde, exercendo mandato entre 1997 e 2000.

✦ *Onaide Silva Santillo (Onaide Santillo)*

Natural de Anápolis (GO), exerceu três mandatos seguidos na Assembleia Legislativa, tendo participado da 13ª à 15ª Legislatura, com atuação no período entre 1999 e 2007. Foi secretária de Serviços

Sociais da Prefeitura de Anápolis. Seu primeiro mandato foi obtido pelo PP, tendo se filiando ao PMDB para os mandatos seguintes.



Deputadas: Onaide Silva Santillo, Rachel de Azeredo Souza e Raquel Mendes Vieira Rodrigues.

✦ *Rachel de Azeredo Souza (Rachel Azeredo)*

Natural de Belo Horizonte (MG), foi eleita pelo PMDB para a 15^a Legislatura (2003-2007), tendo recebido a maior votação naquele ano, somando 59.168 votos. É formada em Jornalismo pela UFG e atua profissionalmente na área.

✦ *Raquel Mendes Vieira Rodrigues (Raquel Rodrigues)*

Natural de Uberlândia (MG), foi eleita pelo PPB para dois mandatos consecutivos na Assembleia, atuando na 14^a e na 15^a Legislatura.

Entre 1993 e 1996 foi Secretária Municipal de Promoção Social de Santa Helena (GO). Em 2005 assumiu a prefeitura do município, permanecendo até 2008.

✦ *Sônia Chaves de Freitas Carvalho Nascimento (Sônia Chaves)*

Natural de Luziânia (GO), é graduada em Pedagogia e Administração pela Faculdade Integrada do Planalto Central e atuou profissionalmente como professora. Foi eleita pelo PSDB para a 17ª Legislatura (2011-2015). Construiu sua trajetória política no entorno de Brasília e foi prefeita de Novo Gama por dois mandatos (entre 2001 e 2008).



Deputadas: Sônia Chaves de Freitas Carvalho Nascimento, Vanda Lúcia Dias Melo e Vanuza Primo de Araújo Valadares

✿ *Vanda Lúcia Dias Melo*

Natural de Taubaté (SP), atua profissionalmente como professora em Ceres. Foi eleita pelo PRN para a 12ª Legislatura (1991-1995). Na 13ª Legislatura, em 1997, a ex-deputada assumiu como suplente do PPB a cadeira de Eurípedes Pereira.

✿ *Vanuza Primo de Araújo Valadares (Vanuza Valadares)*

Nascida em Porangatu (GO), é formada em Gestão Pública pela UEG e pós-graduada em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. Foi eleita pelo PSC para a 16ª Legislatura (2007-2011). Também atuou profissionalmente na área financeira de duas empresas familiares, se envolvendo conjuntamente com o trabalho em entidades filantrópicas.

Referências

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. *Mulheres sem espaço no poder*. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/09_03_17_MulherPolitica_Ipea_Jeda_Smc.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. O paradoxo entre a maior inserção social das mulheres e a baixa participação feminina nos espaços de poder: refazendo a política de cotas. Florianópolis, *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Seminário Temático 29: Relações de poder e de gênero. Agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.fazendogenero8.ufsc.br/st29.html>>. Acesso em: 25 out. 2016.

AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira*. 2. ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora da UNESP, 2001.

_____. *Mulher e política: o mito da igualdade*. 2002. Disponível em: <http://www.itv.org.br/site/publicacoes/igualdade/mito_igualdade.pdf>. Acesso em: 27 maio 2010.

BACKES, A. L. *As mulheres na Câmara dos Deputados*. Fonte: Consultoria Legislativa. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/documentospesquisa/fiquePorDentro/temas/mulheres_no_poder/copy_of_documento-de-referencia-da-consultoria-legislativa-1>. Acesso em: 14 ago. 2016.

ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, v. 44, n. 1, p. 155-194, 2001.

ALVES, J. E. D.; ARAÚJO, C. *A política de cotas no Brasil, o sistema eleitoral e a sub-representação feminina*. 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress_papers/lasa2009/files/AlvesDinizJose.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2016.

CAMPOS, F. I. *Coronelismo em Goiás*. 2ª ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CAMPOS, F. I.; DUARTE, A. T. *O legislativo em Goiás*. Goiânia: Assembleia Legislativa de Goiás, 2002.

PAIVA, D.; Henrique, A. L.; SILVA, G. P. V. Atuação das mulheres no Poder Legislativo Federal e Estadual e no Brasil: ainda muito distante da paridade de gênero. *Cadernos ADENAUER* (São Paulo), v. 3, p. 167-182, 2013.

PAIVA, D.; MENDONÇA, M. de S.; SARA, M. G. Participação e representação feminina na política em Goiás. *Revista Debates* (UFRGS), v. 5, p. 225-251, 2011.

LOVENDUSKI, J.; NORRIS, P. (Orgs.). *Gender and party politics*. London: Sage Publications, 1993.

Ilustrações e imagens



As fotos dos presidentes incluídas no livro foram retiradas do Arquivo Histórico da Alego, da Galeria de Ex-presidentes, de autoria de M. Veiga Jardim (primeiros quadros) e Amaury Menezes, de acervos particulares pesquisados pelos autores. De dois deles (Joaquim Fernandes de Carvalho e Octávio Augusto Confúcio) não foram encontradas fotografias.

As fotos das deputadas aqui apresentadas foram retiradas do site da Alego, do jornal *O Popular*, de acervos particulares e de outros sites da internet.

As imagens das sedes, incluem, além das fotos, um quadro de M. Cavalcanti, que retrata o prédio em que funcionou o Poder Legislativo em Goiânia, em 1937.

Esta obra foi composta em Adobe Garamond Pro e em Alegreya
no Ateliê da Cãnone Editorial; a impressão se fez sobre papel
Couchê fosco 115 g, capa em Cartão Supremo 300 g/m².

Preservar a memória histórica de uma instituição é, sem dúvida, uma forma de contribuir com o futuro e de aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. Ao resgatar a trajetória do Poder Legislativo em Goiás fica em evidência não só a história de um parlamento que cresceu junto com o desenvolvimento do Estado de Goiás, mas especialmente as raízes que deram origem a toda a sua história.

É nessa perspectiva que este livro, *O Poder Legislativo em Goiás: memórias e registros*, pode servir de referência para a atual e as futuras gerações, uma vez que nele o passado ganha voz por meio do registro da trajetória dos presidentes da Assembleia Legislativa de nosso estado. Com esse registro destaca-se a missão de todos os seus membros nas várias legislaturas, os desafios encontrados em cada época, o que favorece a compreensão do papel desse Poder na consolidação democrática. Analisar a composição das Legislaturas, ao logo dos tempos, permite também compreender a atuação das mulheres – como Berenice Artiaga, que foi a primeira deputada goiana e cuja eleição ampliou o engajamento político da sociedade –, participação que fortalece a democracia e amplia o relacionamento do Legislativo com os cidadãos.

José Vitti
*Presidente da Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás (2017-2018)*

ISBN 978-85-8058-094-5



9 788580 580945